



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 113

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 1938

ATA DA 8ª SESSÃO, EM 11
DE JULHO DE 1938

2ª Sessão Legislativa
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO
MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos
achem-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Victorino Freire
Luiz de Bairos
Aurélio Vianna
Péricles Pedro
Armando Storni
Pedro Ludovico
Milton Menezes
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de pre-
sença acusa o comparecimento de 13
Srs. Senadores. Havendo número re-
gimental, declaro aberta a sessão. Vai
ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

O SR. PR. ENTE:

(Guido Mondin) — Foram recebidas
as seguintes

MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação refe-
rente a Decreto Legislativo:

Nº 241-68 (nº de origem 434-68), de
10 do corrente mês — com referência
ao Decreto Legislativo nº 28-68, que
aprova o texto do Protocolo, assinado
em Montevideu, a 12 de dezembro de
1936, pelo qual se institucionaliza o
Conselho de Ministros das Relações
Exteriores das Partes Contratantes do
Tratado de Montevideu;

Restituição de autógrafos de Projetos
de Lei sancionados:

Nº 242-68 (nº de origem 432-68), de
9 do corrente mês — autógrafos do
Projeto de Lei nº 34-63, no Senado e
nº 1.292-63, que dispõe sobre a expor-
tação de livros antigos e conjuntos
bibliográficos brasileiros (Projeto que
se transformou na Lei nº 5.471, de
9-7-68);

Nº 243-68 (nº de origem 433-68), de
9 do corrente mês — autógrafos do

SENADO FEDERAL

Projeto de Lei nº 17-68, no Senado e
nº 4.053-68, na Câmara, que acres-
centa parágrafo ao art. 1º, passando
a ser 2º o parágrafo único, da Lei
nº 4.066, de 28-5-32, que estabelece
normas para a validade de demissão
ou recibo de quitação contratual, fir-
mado por empregado (Projeto que se
transformou na Lei nº 5.472, de 9 de
julho de 1938).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência
recebeu resposta aos seguintes Re-
querimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcellos
Torres

Nº 371-68, enviada pelo Ministro
dos Transportes (Aviso nº 816-GM,
de 9-7-68);

Nº 560-68, enviada pelo Ministro
dos Transportes (Aviso nº 818-GM,
de 9-7-68);

Nº 622-68, enviada pelo Ministro
dos Transportes (Aviso nº 819-GM,
de 9-7-69);

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 406-68, enviada pelo Ministro dos
Transportes (Aviso nº 817-GM, de 9
de Julho de 1938);

Nº 637-68, enviada pelo Ministro da
Justiça (Aviso nº G-1.020, de 9-7-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Há oradores inscritos.
Tem a palavra o Sr. Senador Ar-
thur Virgílio.

O SR. SENADOR ARTHUR
VIRGÍLIO PRONUNCIA DIS-
CURSO QUE, ENTREGUE A RE-
VISÃO DO ORADOR, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra
o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Pre-
sidente, Srs. Senadores, precisamente
na manhã do dia em que o Governo
anunciava que iria se reunir, sob os
auspícios do Conselho de Segurança
Nacional, para analisar a situação
brasileira e preservar a ordem e a
hierarquia, nós vimos, nesta manhã,
duas notícias distintas na imprensa
cariciosa. Uma delas, de autoria de um
oficial superior, General-de-Exército,
publicada em "O Globo", e assinada
pelo Sr. A. C. Muniz de Aragão, que,
como se sabe, é General da Ativa.

Nesta nota, no dia em que o Con-
selho iria examinar a ordem, a hier-
arquia no País, para propor deli-
berações ou decisões que poderiam
ir até ao estado de sítio, vemos neste

artigo do General Muniz de Aragão,
intitulado "Mensagem aos Militares
Jovens" — o seu pensamento de aná-
lise da situação brasileira, de 1933
para cá. Faz um confronto, estabele-
ce, territorialmente, que

"O que está ocorrendo, em
matéria de movimentos estu-
dantis da mocidade universitária,
são — para ele — crimes prati-
cados pelos estudantes, ou em seu
nome, contra as instituições, a lei
ou a ordem, sem que houvesse
adequada reação governamental."

E acrescenta que "Além profun-
damente o presépio do regime, que
pareceu omisso."

Então, se verifico nesta "Mensa-
gem aos militares jovens" que um
General da Ativa faz uma crítica ao
Governo, ao Presidente da Repúbli-
ca, aos Ministros Militares e aos de-
mais titulares da pasta, considerando
que o Governo é fraco, e chega
mesmo, em certo ponto, a acrescentar:

"A crise de hoje é como a de
ontem — de autoridade."

Quer dizer, confunde, nesta aná-
lise, entre 1938 e 1934, confunde, no
seu julgamento, o Presidente João
Goulart e o Presidente Costa e Sil-
va. A ambos ele declara não reconhe-
cer autoridade, e responsabiliza pela
crise, a falta de autoridade do Pre-
sidente Costa e Silva, acrescentando:

"Antes foi o Governo que deli-
beradamente fomentou a indiscip-
lina e a desordem; hoje quer di-
zer, no Governo Costa e Silva,
ao qual serve) hoje, é o Govern-
o que, por inadvertida tolerân-
cia, o permite e, conseqüentemen-
te, estimula."

Acontece, Sr. Presidente, que essa
mensagem dirigida aos militares jo-
vens, no mesmo dia, em todos os jo-
rnais, teve a resposta dos milita-
res jovens. Refiro-me ao julgamento
do Superior Tribunal Militar ocorrido
ontem, quando se pretendia condenar,
pela Lei de Segurança, possivelmen-
te a 5 ou 6 anos de prisão, quatro es-
tudentes que, no dia 26 do mês pas-
sado, tendo participado de passeata
estudantil, no Rio de Janeiro, foram
presos e ficaram incomunicáveis du-
rante 14 dias, sob a alegação de que
estavam distribuindo panfletos sub-
versivos, quando eles estavam, uni-
camente, clamando seus colegas
para a passeata.

Pois bem, no mesmo dia em que
General Muniz de Aragão se dirige
aos militares jovens, clamando-os
para, praticamente, uma mobilização
contra a mocidade estudantil, que ele
considera na prática de crimes con-
tra a ordem, e censurando o Presi-

dente da República por uma tolerân-
cia que, na sua opinião, estimula es-
ses acontecimentos, nesse mesmo dia,
no julgamento, prevaleceu o ponto de
vista de três oficiais jovens, os Ca-
pitães Raimundo Nonato Gomes Fi-
lho, José Galvão Ribeiro e Luciano
Lima de Castro, que relataram a
prática preventiva dos estudantes, Cul-
lherme Lund, Júlio Ribeiro e Ciro
Flávio de Oliveira, cada um deles di-
zendo a mesma expressão. O primeiro:
"Voto pela liberdade"; o segundo:
"Voto pela liberdade"; o terceiro:
"Voto pela liberdade".

Verificamos, então, que a oficiali-
dade não está convergendo com o
pensamento do General Muniz de
Aragão. Está a favor da liberdade e
contra a opressão. Poderíamos mes-
mo acrescentar que os oficiais, a ofi-
cialidade veterana, possivelmente,
esteja com os moços, seus companhei-
ros, e não com o radicalismo do Ge-
neral Muniz de Aragão.

Uma vez que S. Ex. se dirigiu aos
oficiais moços, eu tomo a liberdade,
como Senador da República, de me
dirigir, também, aos militares do meu
País, nesta tarde — aos moços e aos
velhos, aos que não tapam os ouví-
dos aos reclamos da nacionalidade e
que, na minha opinião, devem ser a
maioria dos membros das corpora-
ções militares da nossa Pátria.

Há pouco ouvimos o Senador Arthur
Virgílio relembrar, com muita pro-
priedade, que os regimes fortes, as di-
taduras, ostensivas ou disfarçadas, são
sempre geradoras, além de persegui-
ções, são geradoras de corrupção.
Quero me valer da sua "deixa" para
relembrar alguns fatos históricos e
me dirigir aos oficiais do Exército, da
Marinha e da Aeronáutica, para que
cada um deles compreenda a sua res-
ponsabilidade e o papel que cada qual
está representando nos acontecimen-
tos atuais.

E que, na verdade, em nosso País,
acima dos partidos políticos e, digi-
mos, acima das três forças armadas,
existe um partido subterrâneo que se
vale, cresce e desenvolve precisa-
mente durante as ditaduras ou nos mo-
mentos, nos dias, nas horas de tran-
sição, que sempre, periodicamente,
passam a receber. Refiro-me, Senhor
Presidente, aqueles que procuram en-
riquecer à custa dos sacrifícios nacio-
nais aqueles que arquitetam os golpes
contra o tesouro e contra as riquezas
nacionais. A esses, o clima ideal, não
podendo ser a ditadura permanente,
é sempre o período, o momento, o in-
stante da transição, o instante de arru-
mar de casas, o instante do apagar
das luzes.

A História Republicana está repleta
de casos. A imprensa rotula como "no
apagar das luzes dos Governos". Sur-
tem não somente os testamentos po-
líticos dos que abandonavam o poder
como ainda surpresas, reveladas dias

EXEMPLAR ÚNICO

depôs. Quero, assim, chamar a atenção dos oficiais das nossas Forças Armadas, para que observem fato que tem sido a tônica da vida republicana. Trata-se dos aproveitadores que se valem das oportunidades para avançar no Erário ou nas riquezas patrimoniais do País.

Quero relembrar, aqui, uma certa passagem. Logo no início da República, o Ministro da Fazenda, o Senador Ruy Barbosa, no dia em que deixava a sua Pasta, como todos os outros Ministros, assinou uma avalanche de papéis, assim, pelo seu punho, foi assinado um documento pelo qual as companhias concessionárias de serviço público do Rio de Janeiro, no caso a Light, poderiam subverter um dos artigos contratuais. Deste modo, ao invés de ao cabo de determinado número de anos o patrimônio da empresa reverter à União passaria à companhia exploradora. Tal era permitida em virtude de pequenas sutilezas constantes do documento assinado por Ruy Barbosa no dia em que deixava o poder.

Os historiadores não poderiam jamais admitir e nem qualquer cidadão brasileiro, que Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no seu último dia na Pasta, fosse assinar um ato lesivo aos cofres públicos nos interesses nacionais.

Entretanto naquele tumulto do testamento, de avalanche de assinaturas de papéis, no meio delas, saiu, irrelatável, sem maior exposição, a modificação do contrato da Companhia de Carris do Rio de Janeiro com a União. Deste modo, os bens patrimoniais que pertenciam ao Erário passariam, voltariam e companhias desde que o deixassem de usar o local onde fora ela construída.

Senhor Presidente, Sr. Senador: muito mais tarde, como consequência, vimos aquelas prédios que pertenciam à Light, que constituam patrimônio incalculável, mas que, de acordo com o contrato, voltariam à União, posteriormente ao Estado da Guanabara serem vendidos, diretamente, sem que o Governo pudesse interferir.

Então falando, neste momento, no espanto de ser ouvido não só pelos que aqui se encontram, e pelo povo que sempre me distinguem, como pelas joias do Brasil e todos os outros de qualquer idade. Citarei, pois, fatos mais recentes, fatos de ontem. Quando houve o impecato nacional, em 1961, da renúncia do Presidente Jânio Quadros, a primeira palavra que se ouviu, no dia seguinte, oficialmente, por um ex-membro daquele Governo, no tribuna da Câmara dos Deputados, foi a do ex-Ministro das Minas e Energia, o então Deputado João Agripino e, hoje, Governador da Paraíba. Sr. Ex., com a autoridade de quem estava largando o Governo há pouco, há horas, há minutos, fez seu depoimento, mostrando a renúncia da HANNA, para enfrentar o Governo Jânio Quadros, logo que este, num dos seus famosos e históricos bilhetes, determinara ao Ministro das Minas e Energia, Sr. João Agripino, o levantamento das jazidas, das minas, em concessão, aos que não as exploravam e, apenas sentados sobre elas se deixavam ficar, sem procederem a exploração de qualquer espécie, à espera da valorização com o tempo, de patrimônio a eles dado de mão beijada, por simples concessão ministerial, era irregular.

Succede que, no levantamento inicial dessas primeiras empresas possuidoras, irregularmente, de usinas e minas, estava a HANNA. Assim, no momento em que um Presidente da República se voltou contra uma firma que, irregularmente, se encontrava entre nós, porque havia falsificado sua nacionalidade foi que coincidentemente se deu a queda ou a renúncia do Sr. Jânio Quadros. Permito-me relembrar o valor dessas jazidas, segundo a própria confissão da HANNA.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Congresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

O Presidente pretendia tornar caducas as concessões dessas jazidas, cujo valor, segundo a própria direção da HANNA, é o seguinte: 10% de toda a reserva ferrifera do Estado de Minas Gerais; e 3% de toda a reserva de ferro de todo o País. E o valor oficial atribuído, na publicação divulgada, na Imprensa brasileira, pela própria HANNA ou seus representantes era estimado, na hipótese de vir a ser desapropriada, na sua opinião, em 200 milhões de dólares.

Verificamos, pois, recentemente a queda de um Governo, por esse tipo de reação, ainda não explicada, no momento, quando estava por entrar uma empresa desse porte que, em relação a nós, tinha tais intenções.

Fosteramente, veio o Governo do Sr. João Goulart que, segundo todos dizem, estava perdendo autoridade, como hoje, pela o General Motta de Aragão, com relação à autoridade do Presidente Costa e Silva. Faltava, então, em questão de hierarquia militar, a hoje, valentia que tal hierarquia já não existe visto que um general da arma se permite fazer certos comentários sobre a atuação do Presidente da República.

Mas sobre o que não se fala é na queda de um discurso, do dia 13, na Câmara, do Presidente Vargas proferido pelo então Presidente João Goulart. Naquela ocasião, ele anunciou que acabava de reconhecer as companhias de refino de petróleo em nosso País.

Gostaria que os oficiais das Classes Armadas consultem os arquivos, o noticiário e a imprensa sobre os acontecimentos naqueles dias sobre o assunto. Por que o Sr. João Goulart teria precipitado o seu anúncio de que iria nacionalizar, de que iria estatizar as empresas privadas do refinamento do petróleo? E que, naquela ocasião — o o Governo do então sabia disso, sabia o Sr. Castello Branco e o Governo atual também o sabe — foi anunciado o aumento de algumas das repartições oficiais governamentais, daquela época, se não em estandarte com os oficiais das empresas privadas, das refinarias privadas, resultando daí o reconhecimento da importância muito alta para o Sr. Presidente a decisão de estatização das companhias de refinação de petróleo.

Diante disso, e ao que parece diante do cenário de que alguns, recentemente, teriam tomado centenas de milhões de cruzados dos proprietários das Companhias de Refinamento para impedir que o Sr. João Goulart concretizasse o seu ato de estatização. E que o Sr. João Goulart, naquela ocasião, resolveu precipitar os acontecimentos, pelo menos para lavar a sua honra pessoal. Esse fato era conhecido do Presidente Castello Branco, e eu tenho testemunhas que poderiam dizer aqui — se elas concordarem — inclusive ex-parlamentares, que tiveram seus mandatos cassados, porque estavam aparelhados para comprovar esta informação.

E o que houve? Cai o Sr. João Goulart e, pouco depois, não o Presidente Castello Branco, mas, com seu bafejo, vem a autoridade judicial reafirmar a deliberação do Tribunal de Recursos, no que se referia à anulação da con-

cessão em favor da Hanna. Ademais vimos uma deliberação de um juiz singular no sentido de anular o ato do Presidente João Goulart que estatizava as Refinarias de Petróleo.

Vem, então, o novo Governo. O Governo revolucionário, o Governo que trazia o sentido da ética em todos os seus atos, o Governo moralista, o Governo que se dizia patriota e nacionalista. Que vimos? Catorze cerca de 60 mandatos de Deputados, ou melhor, cerca de 60 mandatos de Deputados, dos quais 60 deles haviam se manifestado contra determinados acordos, internacionais e não permitiam que esses acordos fossem aprovados na Câmara dos Deputados. Os acordos que lá estavam há quatro, cinco e seis anos e que ninguém tinha vontade de aprovar, ou bastar para defender e convencer os homens da Frente Nacionalista que, na Câmara dos Deputados, se rebelavam contra esses acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Foi preciso limpar a área da Câmara dos Deputados dizimar os patriotas que se opunham à aprovação desses acordos, que lá estavam há tantos anos, lá, e que foram afinal aprovados, todos eles, entre quarenta e cinquenta dias depois da derrubada dos deputados, da cassação dos mandatos desses deputados nacionalistas.

Acordos como o de Investimento e Garantias que é, realmente, um acordo de leza-pátria no qual, parcialmente perdemos a soberania nacional era um deles; o outro, o aerofotogramétrico permitia que outro país de força militar estrangeira sobrevoasse todo o território brasileiro, faça a fotogrametria de todo território brasileiro, de suas fronteiras, de suas costas, inclusive de seu subsolo.

Tudo isso foi consensual por Governo revolucionário, que nasceu sob a responsabilidade, sob o endosso e foi conservado pelas classes armadas do Brasil.

Vimos ainda o que foi o contrabando de minérios, há dias relatado, neste Congresso, pelo nobre Líder da Oposição, Senador Antônio Viana.

Vimos o que foi, e está sendo, a valerosa aquisição de terras por norte-americanos, pelo Senado, pela Silva, pelo Interior, pelo Brasil a dentro, a ponto de o próprio Ministério da Justiça informar — aliás em dados que não correspondem à verdade, porque há exagero — que um quinto do território brasileiro já se encontra em mãos de norte-americanos.

Foi quando se deu, também sob este Governo, Governo que implantava o terror, que cassava os direitos políticos, por dez anos, de qualquer pessoa, sem a menor consulta, sem qualquer notificação, muito menos sem qualquer direito de defesa, foi quando vimos aquela trabalho subterrâneo, criminoso da programação prática do controle da natalidade, feita por estrangeiros, sob a direção de estrangeiros, sob a ação solerte de estrangeiros, no caso norte-americanos.

Vimos, ainda, aprovados, à revelia do Congresso — especificamente à revelia do Senado Federal, e tem exigido e não tem sido atendido —

acórdos entre o Governo dos Estados Unidos e Unidades da Federação ou Ministérios, isoladamente, como são os célebres acordos MEC-USAID, a propósito do ensino no Brasil, acordos esses que não vêm à luz.

O Sr. Tarso Dutra, que havia prometido, de início, divulgá-los, publicá-los em volume, apenas limitou-se a tornar conhecidos os acordos secundários, mas não aqueles acordos básicos, que só não estão funcionando de maneira mais desenvolvida porque os representantes brasileiros constantemente pedem demissão e nunca chegam a permitir que com o seu nome concretizem um atentado à formação espiritual e intelectual do Brasil.

Vimos ainda uma série de decretos- leis apresentados naqueles últimos dias, os quais um muito extenso modificava o Código da Pesca. Esse decreto-lei sobre o Código da Pesca derrubou uma conquista de trinta anos, a nacionalização da pesca ao tempo de Getúlio Vargas, foi favorável, inclusive pelo Código da Pesca em bases nacionalistas.

Pois bem, nesse Código, nesse Decreto-lei sobre a pesca, então, se permite a estrangeiros o livre exercício da pesca em águas territoriais brasileiras, nos rios, nas costas, nas praias, não só de estrangeiros individualmente como de empresas.

Pode parecer, Sr. Presidente, Senhores Senadores, e no caso, Senhores Oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que isto é uma quebra de sementes, sobretudo esta que se refere a permitir que barcos estrangeiros, com homens experientes, não só de estrangeiros individualmente como de empresas, tenham direito de percorrer, pesquisar e explorar as águas territoriais brasileiras. Mas isto não tem sentido tão secundário, não tem porque estamos vivendo, justamente, a fase em que as nações se lançam para exploração do fundo do mar.

O Presidente Lindon Johnson nos Estados Unidos constituiu uma Comissão para Exploração do Fundo do Mar não apenas nas águas territoriais mas também sobre a possibilidade de exploração de águas subocênicas determinando que esta Comissão funcionasse dentro da Casa Branca, diretamente sob suas ordens. O ano passado esta Comissão que tinha verbas de quinhentos milhões de dólares, para o ano de 1968, a estimativa prevista no Orçamento era de dois bilhões de dólares para exploração do fundo do mar, das chamadas riquezas do fundo do mar.

Ora, Sr. Presidente justamente nestes dias em que as Polícias, as Forças Armadas Militares, as forças de repressão mas se voltam contra a maldade do Brasil espreitando jovens nas praças públicas encarcerando os pobres e pobres, nesse dia foi editado um decreto-lei, não do Governo mas do Congresso, que passou despercebido à Nação, muito embora tenha sido denunciado, no Senado, pela palavra do Senador Josephot Marinho e secundado pela voz não menos autorizada do Senador José Ermídio.

Trata-se do decreto do dia 6 de junho que não vi transcrito em nenhum jornal. Assim, estando no Nordeste, em Pernambuco, dias depois, e falando sobre a matéria quase que passei por um homem que falava inverdades, porque ninguém tinha visto ou tinha tido qualquer notícia sobre esse decreto.

O decreto diz, em seu Art. 1º:

“A pesquisa na plataforma submarina do Brasil nas águas do mar territorial e nas águas interiores por parte de qualquer órgão público, autárquico, entidade paraestatal, entidade privada ou pessoa física brasileira, depende de autorização prévia do

Ministério da Marinha", e sua execução ficará sob controle desse Ministério."

No Art. 2º estipula:

"Qualquer atividade de exploração ou de pesquisa na plataforma submarina, nas águas do mar territorial ou interiores, por parte de estrangeiro: —"

Aí é que vem a inovação. Do mesmo modo que o Código de Pesca permitia ao estrangeiro navegar, sondar, pesquisar, explorar águas territoriais brasileiras, agora vem o complemento, se permite, por decreto, contra a Constituição, contra a lei, se permite, que estrangeiros possam ter atividade de exploração ou de pesquisa na plataforma submarina, nas águas territoriais ou interiores, nos rios e lagos, por parte de estrangeiros...

"... pessoa física ou organizações governamentais ou privadas..."

Inclusive se admite Governo ou organização governamental.

Tudo indica que é a permissão para governos estrangeiros só poderá ser realizada mediante prévia autorização do Presidente da República.

Ora, S. Ex^a não tem poder para tal. A tanto ainda não chegamos, ou melhor, a tanto ainda não baixamos, não descemos.

Mais adiante estabelece-se que o ato executivo, para os efeitos desse decreto, considera plataforma submarina a parcela do Território Nacional, incluindo entre os bens da União, de conformidade com o Artigo 4º, Inciso III, da Constituição do Brasil, e compreende o leito do mar, o subsolo das regiões sumarinhas adjacentes às costas, mas situado fora do mar territorial até uma profundidade de 200 metros. O leito do mar é o subsolo das regiões submarinas análogas, que são adjacentes às costas submarinas.

Por esta razão, diante de um decreto de que a Nação ainda não tomou conhecimento que anos vamos encontrar a justificativa para aquilo de que desconfiávamos, sem contar com dados concretos: a recente e teoz campanha que certos órgãos da imprensa brasileira e, sobretudo determinadas figuras da vida pública brasileira, vêm movendo contra o monopólio da Petrobrás, contra o monopólio da exploração estatal do petróleo. Pretendem desmoralizar, preparar o ambiente, criar, psicologicamente, como se diz em linguagem militar, o momento asado para o golpe de graça, para o golpe de misericórdia. Então se pretendia demonstrar que a Petrobrás não tinha condições para explorar o nosso petróleo, que a Petrobrás não estava à altura das necessidades e das possibilidades petrolíferas brasileiras.

No desenrolar dessa campanha vem o Presidente da República — e quero acreditar que à revelia de S. Ex^a — e dá o primeiro passo para permitir que estrangeiros possam pesquisar e explorar a plataforma submarina, ou continental, brasileira.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Oficiais das Classes Armadas, se analisarmos o problema do petróleo, vamos ver que, no mundo, ele se divide — é público, sabido, notório — praticamente, em dois sistemas: aquele que acabou confinado nos cartéis internacionais e o sistema da exploração estatal por governo. No campo, desenvolve-se a grande luta. Acontece que a indústria do petróleo, no mundo ocidental, é ainda a maior concentração econômico-financeira conhecida, superando as indústrias do aço, de energia elétrica e todas as demais, segundo uma recente análise do "Chamse Manhattan Bank".

Nessa concentração de capitais, o cartel praticamente dominou e está possuído, nos Estados Unidos, In-

glaterra, Holanda, Canadá e nos países subdesenvolvidos que lhes são econômica e politicamente um tanto submissos, como a Venezuela, Peru, Colômbia, Arábia Saudita, Paquistão, Ira, Nigéria, entre outros.

Contra esse monopólio de fato, do cartel, o que há é o monopólio do Estado, através de empresas nas quais os governos têm a maioria de capital, pelo menos, e que sequelem os modelos internacionais, no sistema de exploração petrolífera.

Nesse caso, então a Itália, através da ENI (Ente Internacional Idrocarburi); a França, através de várias empresas estatais; o México, com a PEMEX (Petróleos Mexicanos) e o Brasil com a PETROBRAS.

Não somos, portanto, um caso isolado. Estamos ao lado de nações que têm o mesmo sistema de exploração do petróleo, como a França, que está se recuperando em todos os sentidos, nesta quadra da vida; o México, que é constante exemplo nas citações de todos nós, e a Itália, que saiu do caos, de uma guerra, do fascismo e se recuperou, inclusive com o monopólio estatal do petróleo.

Sucede, Sr. Presidente, que a previsão da nossa plataforma submarina é de 400.000 quilômetros quadrados. Vamos, assim, abrir ao estrangeiro a possibilidade de explorar 400.000 quilômetros quadrados de bens da União.

O que ocorre, em matéria de plataforma submarina, no Atlântico e no Pacífico, é, precisamente, um antagonismo completo. Enquanto, no Pacífico, da terra há logo uma queda para o fundo do mar, a uma distância de 450, 500, 800, 1.000 metros, e como se estabelece que a plataforma submarina, a plataforma continental, a plataforma sub-extraterritorial se estende, para uns, na profundidade de 100 metros e para outros, como o Brasil, na profundidade de 200 metros, acontece é que, na zona Atlântica Sul, há três países privilegiados: Argentina, Uruguai e Brasil, principalmente Argentina. Para se ter uma idéia do que são quatrocentos mil quilômetros quadrados, poderia dizer que corresponde, aproximadamente, à área que abrange, em conjunto, todos os Estados, do Ceará à Bahia.

Acontece ainda, Sr. Presidente, que, numa linguagem vulgar, empregada pelos próprios técnicos, na plataforma está o chamado *filet-mignon* do petróleo. Tanto assim que a própria Petrobrás, recentemente, começou a desenvolver a exploração da nossa plataforma, sobretudo com a iniciativa recente nas costas do Espírito Santo junto à cidade de Conceição da Barra onde a quatrocentos metros de profundidade e a pouca distância das costas brasileiras precisamente a 40 quilômetros em linha reta, da faixa litorânea, começaram as pesquisas com as melhores e as mais promissoras possibilidades. Pois bem; é neste momento que vem o atual Governo brasileiro — quero acreditar que, no caso, o Sr. Presidente da República tivesse a intenção, chamando a si o assunto, de preservar as pesquisas que estão sendo feitas no rio Amazonas e em outros rios do interior, pesquisas que contam, inclusive, com barco estrangeiro o que deu margem a denúncia do Senador Marcelo de Alencar, nesta Casa, quando aqui me substituiu, barco, um iate que ficou três meses em plena Amazônia sem que as autoridades brasileiras dessem uma nota sequer sobre a matéria — é nesta altura que vem o Presidente da República a querer convencer a Nação ser ele o guardião dessas riquezas do nosso solo submarino ou subfluvial.

Aí é que vem essa coincidência, que não é coincidência porque se registra na História da República, desses assaltos, desses estados de sítio, seja militar ou uma operação financeira. E nesta hora em que o País

está sendo sacudido, que se reúne o Conselho de Segurança, não para tratar dessa matéria, mas para tratar de passadas de estudantes, de escaramuças estudantis, num desvio do pensamento das Forças Armadas do ponto nevrálgico da hora atual, querendo-las a se transformarem, ao invés de zeladoras das riquezas nacionais, do solo nacional, da soberania nacional, em simples policiais a perseguir estudantes, ou pior que isto, a ser capangas de perseguidores de estudantes, como vimos no Rio de Janeiro quando o Exército foi dar cobertura aos espancamentos feitos pela Polícia Militar.

Ora, Sr. Presidente, essa campanha se estendeu contra a Petrobrás. Se estendeu numa área em que estavam confabulando para acabar com o monopólio do petróleo brasileiro, das reservas, do direito de explorar o petróleo brasileiro. E, nessa campanha, vou tomar a liberdade de refutar alguns tópicos daqueles que, sem a menor cerimônia, sem o menor policiamento e quase que sem contestação, vêm procurando solapar o patrimônio que custou o sacrifício de quatorze anos de luta dos brasileiros, qual seja a instituição da Petrobrás.

Alegam que nós não temos condições para explorar o petróleo brasileiro, e que a Petrobrás estaria gastando seus recursos em finalidades que não são aquelas que dão rendimento, mas que se limitam a ser de sentido burocrático e não tecnológico. Pois bem, nós estamos numa fase em que qualquer exploração de um poço médio dá produção diária que, no Brasil, é de 240 barris; na Venezuela, que está em franco apogeu, seiscentos barris, mas que nos Estados Unidos dá em média doze barris. Por que os Estados Unidos com a média de doze barris por poço, e por que nós, com duzentos e quarenta barris, não devemos continuar com os nossos recursos? Por que os Estados Unidos estão reservando o seu próprio petróleo e utilizando o petróleo alheio, porque o petróleo não é inagotável, trobrás nestas nsasnu-qGB, as MM trobrás nestes catorze anos de trabalhos? O que ela fez? Que produziu?

Vou me valer, Sr. Presidente, de um dos dados conhecidos pelo próprio Governo atual, de junho de 1963, portanto, de há dias, quando nos informa que, nos primeiros anos de atividade da Petrobrás, a produção brasileira de óleo cru alcançava quatrocentos e trinta e dois metros cúbicos diários. Convém repetir: quatrocentos e trinta e dois metros cúbicos diários. Em 1967, esse quantitativo elevou-se a vinte e três mil e trezentos e doze metros cúbicos por dia, e já este ano a média está sendo de vinte e cinco mil, oitocentos e noventa e um metros cúbicos por dia. No início da exploração da Petrobrás — ainda é o documento que revela — as reservas provadas de petróleo no País alcançavam cerca de dois e meio milhões de metros cúbicos e, atualmente, cento e vinte e seis milhões e meio de metros cúbicos.

Vamos deixar de lado as reservas de gás onde o aumento segue na mesma ordem de grandeza. Vale a pena também citar que, no momento, estamos produzindo 43 por cento das nossas necessidades. Mas vale a pena citar o que ainda constitui isso em economia de divisas. Em catorze anos esta companhia, que está sendo acusada de inepta, que partiu de 432 metros cúbicos diários para 25.891 metros cúbicos por dia, totalizou, em liberação de divisas, em produção de petróleo, refinação e transporte marítimo, saindo de uma escala que não atingia os dez milhões de dólares, está hoje num total de liberação de divisas de 1.800.000 dólares; na produção de petróleo, 843 milhões de dólares; na refinação, 903 milhões de

dólares; no transporte marítimo, 65 milhões de dólares.

Ora nós que só andamos a recorrer aos Estados Unidos em matéria de empréstimos, doações, compromissos que não vai ser a nossa geração que terá de liquidar, mas os nossos filhos e provavelmente os nossos netos, dificuldades que se não houvesse a Petrobrás, se a Petrobrás não existisse tendo o ritmo de desenvolvimento que oferece à Nação, certamente com déficit a mais de divisas — de cerca de 4 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nos recordamos da postura oficial, autorizada, respeitável, de há dois meses, do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Magalhães Pinto, quando, na Conferência dos Subdesenvolvidos, em Nova Deli, em seu discurso, apresentou esta cifra estarrecida: "de 1957 para cá, se houvessem sido mantidos os preços internacionais; se houvessem pago ao Brasil o que esperávamos, de 1957 para cá, pelos Preços daquela ocasião, eríamos recebido 5 bilhões de dólares". Fomos, então, espoliados em 5 bilhões de dólares pelo mercado internacional, que é conduzido pelos cartéis e, se não tivéssemos a PETROBRAS, teríamos perdido 5 bilhões de dólares. Que país seríamos, então, nessa altura; com que liberdade, com que independência, com que autoridade, com que cabeça erguida poderíamos falar ao mundo, conversar com os chefes das outras nações, se estaríamos com um déficit de pagamento da grandeza de tantos bilhões?

Pois bem, Sr. Presidente, é um empreendimento que só está sendo mantido justamente porque os oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica sempre consideraram intocável a PETROBRAS. Porque não foram apenas os operários, os intelectuais, os diámas a tesa, o quarter-csquan-MM políticos, os estudantes que defendiam a tese de que não poderia terminar, não poderia ser arranhado e muito menos destruído o monopólio estatal do petróleo — a PETROBRAS.

A PETROBRAS é muito o fruto do trabalho dos homens políticos do Brasil, porque ela foi feita no Congresso. Mas a verdade é que ela, também, só vicejou, só se sustentou, graças ao espírito que predominava nas classes armadas e que, espero em Deus, ainda permanece, de não se admitir que os cartéis internacionais, a pretexto de vir favorecer este ou aquele político brasileiro, esta ou aquela facção, venham usurpar, quebrar o monopólio, e, então, tirar o Brasil desta limitada área de nações que ainda não se entregaram em matéria de suas riquezas petrolíferas, como são a França, o México, a Itália e o Brasil.

Vimos a Argentina entregar-se; vimos a Angola se entregar com Salazar, que dizia jamais permitiria que aquele encrave de Sabinda, em Angola, onde foi encontrada uma grande ocorrência petrolífera, passasse a mãos estrangeiras. Salazar, que tem as finanças do seu país em dia, que é dono do país há quase quarenta anos, também capitulou e acabou entregando a empressas norte-americanas a exploração do petróleo do encrave de Cabinda, em Angola.

O que quero, neste momento, sem nenhum sentido oposicionista, em nenhum interesse político-partidário, é dirigir-se a aqueles que têm o compromisso de zelar pela própria obra que é a Petrobrás, aqueles que são os Oficiais das Classes Armadas do Brasil, para que eles percebam que está havendo um desvio de fogos. Estão desviando a sua atenção para coisas secundárias, para que eles se transformem em simples policiais, deixem de ser a grande força guardadora das riquezas nacionais para se ocuparem em transformar seus quartéis em

cárceres, em cadeias, em presídios e masmorras dos jovens brasileiros e com isso, enciar neste clima, nesse nervosismo desta guerra, que não é fria, para que não tenham tempo de ler, não tenham tempo de dormir, para que vivam debaixo desta pressão, movidos por uma máquina de repressão, então fiquem desatentos no seu papel vigilante, no seu dever de preservar qualquer rutura da estrutura do monopólio estatal do petróleo. E' por essa razão que não nos admira, que não nos surpreende, com a graça de Deus, que a mocidade venha às ruas para clamar, não exclusivamente para reclamar reformas universitárias, uma vez que ela vê que as outras gerações estão falhando, que estão desatentas. A mocidade vem às ruas dizer que vai lutar para a preservação das riquezas nacionais, para a preservação do Código de Minas, para a preservação do Código de Águas, para preservar o estatuto do petróleo, na forma da Petrobrás. É por isso, que os estudantes não estão sózinhos e é por isso que alguns milhares deles começaram a reunir-se, enfrentando a força de peito aberto. Jamais pensaram em máquinas diabólicas de explosões subterrâneas e sombrias. De peito aberto enfrentam a força militarizada, mas vindo, dentro em pouco, a serem acompanhados pela sociedade carioca, pelos professores, pelos sacerdotes, pelas freiras, pelos intelectuais, pelas mães, pelas donas de casa.

Agora vem uma palavra também de muita coragem, porque neste momento é preciso ter muita coragem para denunciar semelhantes atentados contra o patrimônio brasileiro. Vejo, Senhor Presidente, no "Correio da Manhã" de hoje manifesto-denúncia do V Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais de Petróleo, dos Trabalhadores nos Diversos Ramos da Exploração de Petróleo, assinado por Petrus A. Alcântara — SINDIPETRO — Pará, Amazonas, Maranhão; Marival N. Caldas — SINDIPETRO REFINO — Bahia; Paulo R. S. Fernandes — SINDIQUÍMICA; Agnaldo P. Quintela — SINDIPETRO — Minas Gerais; Athos F. Penteado — SINDIPETRO — Paraná; José M. de Almeida — p. ASSPETRO — Ceará; Antônio Jacintho Filho — SINDIPETRO — Alagoas e Sergipe; Roberto S. Vieira — SINDIPETRO — Caxias; Rivaldo G. Otero — SINDIPETRO — Cubatão; Miguel R. Branco — ASSPETRO — Tremembé Euvaldo F. Lima — SINDIPETRO — Extração — Bahia; Sady A. Fachinello — p/SINDIPETRO — Sul.

Então, vêm denunciar, porque estão por dentro, estão senhores das informações, do que se passa no submundo do petróleo no Brasil, arriscando sua liberdade, arriscando seu emprego. Dizem eles assim, depois de fazer uma exposição do que acaba de ocorrer com a Fábrica Nacional de Motores, temem que chegue a hora da Petrobrás. Da mesma maneira com que o atual Governo, com tamanha displicência, transferiu para mãos estrangeiras uma fábrica de motores fundamental e que se havia recuperado e estava dando lucros, temem aqueles que trabalham, historicamente, na exploração e na revelação do petróleo brasileiro, que igual destino possa ter a nossa Petrobrás. E quando vemos decretos como este denunciado pelo nobre Senador Josaphat Marinho, verificamos que realmente não está longe de uma concretização terrível essa suspeita, esse temor, enfim, esta ameaça que pesa sobre nós.

Dizem eles: (18)

"Assim denunciemos à Nação a iminência da destruição da Petrobrás, porque trustes internacionais de petróleo, capitaneados pelo imperialismo norte-americano, vêm pressionando o Governo para que reduza as áreas de atuação da Petrobrás, substituindo-a, nessas

áreas, pelas empresas integrantes dos cartéis alienígenas.

Assim, denunciemos à Nação a iminência da destruição da Petrobrás, porque espúrios grupos ditos brasileiros, capitaneados por notórios derrotistas e entreguistas, à soldo do imperialismo norte-americano, através da imprensa venal que comandam ou que a eles serve, vem veiculando mentiras e meias-verdades sobre a Petrobrás, a fim de favorecer as pretensões dos trustes internacionais do petróleo".

O Sr. Petrônio Portela — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muito prazer.

O Sr. Petrônio Portela — Tenho a impressão de que V. Ex^a está sendo muito pessimista, porque a Petrobrás é um patrimônio nacional e não haverá distinção partidária entre nós no momento de defendê-la. O que está sendo denunciado não é simplesmente um fato episódico. É, em verdade, um acontecimento permanente, que os trustes internacionais lutam por acabar o monopólio estatal do petróleo e comprometer até certo ponto a vida da empresa, a Petrobrás. Disto não temos a menor dúvida, mas este problema transcende à simples área governamental. É problema do povo brasileiro. Se há distorções e deformações, se creio que haja, na administração e na política da Petrobrás, ela, entretanto, representa um patrimônio nosso e saberemos, acima dos Partidos, acima das paixões, acima das conveniências pessoais, defendê-la.

O SR. MARIO MARTINS — Nobre Senador, fico muito comovido com as palavras de V. Ex^a. Devo dizer que elas não me surpreendem, como a ninguém pode surpreender. E quando digo isto, não quero individualizar pela autoridade pessoal de quem as proferiu, mas pela convicção de todo o Brasil que, realmente, elas encerram grande verdade: que a defesa da Petrobrás não é um monopólio da Oposição. A Petrobrás pertence ao País e, neste sentido, a Oposição e as forças que apóiam o Governo, civis e militares, estarão unidas para preservá-la, desde que — aí é que vem a minha dúvida — estejam atentas ao problema, que não sejam desviadas que não sejam desviadas para assuntos secundários.

E muito embora V. Ex^a, como membro do Governo, tenha afirmado, com a autoridade que todos lhe reconhecemos, que nisto não haverá capitulação, desertores, traidores, a verdade é que ainda está por explicado, por ser respondido o discurso feito nesta Casa pelo nobre Senador Josaphat Marinho, a propósito do Decreto-lei assinado pelo atual Presidente da República, nº 62.837, de 6 de junho passado, no qual se faz a denúncia de que pela primeira vez se reformula a preservação da plataforma continental do Brasil, em ato pessoal do Presidente da República, nos seguintes termos em que o art. 2º estipula:

"Qualquer atividade de exploração ou de pesquisa na plataforma submarina das águas do mar territorial ou interiores, por parte de estrangeiros, pessoa física ou organizações governamentais ou privadas, só poderá ser realizada mediante prévia autorização do Presidente da República."

O que nos inquieta, o que nos torna apreensivos é que o Presidente da República abre uma porta para o capital estrangeiro explorar uma região que representa 400.000 quilômetros quadrados, que é a plataforma continental do Brasil, para explorar as pesquisas de todo gênero, porque não faz a menor ressalva.

Quero acreditar não fosse essa a intenção — e já o proclamei — do Presidente da República, do qual sou adversário e ocombaterei enquanto tiver atuação fora da lei, com essa

truculência e esse descaso administrativo que, na minha opinião, o caracteriza.

Mas reconheço, quero admitir, pelo menos, que S. Ex^a não poderia ter feito esse decreto pessoal, abrindo esta porta para o capital estrangeiro, na parte mais rica, supostamente mais rica, em matéria de ocorrência petrolífera. Mas, se ele não o fez, está devendo à Nação uma explicação. E é o que a Nação espera; é o que a mocidade espera; é o que os trabalhadores esperam; que os militares esperam — que se explique, que venha dar essa satisfação, porque assinou um decreto dessa ordem. Porque esse decreto-lei é a primeira pedra jogada contra o instituto do monopólio estatal.

O Sr. Petrônio Portela — V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Tenho a impressão de que, chegando agora, evidentemente não poderia dar-lhe uma resposta cabal. Entretanto, desde logo, transparece o fato de que há uma lacuna legal, alguma coisa não objeto, expressamente, de disciplina legal, sem o que caberia, então, um decreto presidencial, que, em nenhuma hipótese, em verdade poderá contrariar o dispositivo da lei.

O SR. MARIO MARTINS — V. Ex^a está em plena comunhão com meu pensamento.

O Sr. Petrônio Portela — Então, no meu entendimento, acho que, analisando o problema em termos otimistas, em termos realistas, sem paixão, nós chegaremos à conclusão de que o Presidente da República está à vigilância: o Presidente da República adverte logo, em face da lacuna de lei, de que se faz necessária a outorga do Poder Executivo para que tal ocorra. E eu creio, Sr. Senador Mário Martins, que brecha nenhuma se fará ao monopólio da Petrobrás. Tenho certeza, Sr. Senador, de que essas nuvens serão diluídas pelo tempo e a resposta chegará. Não tenho dúvida alguma em afirmar, a Petrobrás, como disse muito bem, é um patrimônio para cuja defesa todos nós acorreremos, sem distinção político-partidária.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin). (Faz soar o campainha).

O SR. MARIO MARTINS — Vou terminar, Sr. Presidente, e peço desculpas.

O Sr. Petrônio Portela — V. Ex^a tem sido pessimista e a hora, em verdade, não é de pessimismo. Tem razão na sua vigilância, porque, de resto, de vigilância é a época em toda parte do mundo.

O SR. MARIO MARTINS — Sr. Presidente, vou terminar, apenas agradecendo o aparte do nobre Senador pelo Piauí, mas lembra uma frase que fogue um pouco da nossa esfera, porque ela é mais militar do que civil — é quando se diz que ao inimigo só devem deixar os olhos para chorar. Se nós não sabemos usar os olhos para vigiar, creio que nosso destino é reservar os olhos apenas para prantear.

Ninguém, nem o Governo, nem os homens públicos, nenhum cidadão tem o direito de ser displicente com matéria dessa natureza. E quando V. Ex^a diz que o decreto-lei do Presidente da República teria vindo preencher uma lacuna, eu não vou lembrar a V. Ex^a distinto jurista, o texto da Constituição, que não permite a exploração por estrangeiros, nem mesmo...

O Sr. Petrônio Portela — Se isto é verdade, se o decreto contraria o texto expresso da Constituição, ele não tem nenhuma validade. Seria um abuso, razão pela qual não haveria necessidade de qualquer explicação.

O SR. MARIO MARTINS — Chegaremos lá, nobre Senador.

O Sr. Petrônio Portela — Quero apenas ressaltar uma coisa no discurso de V. Ex^a: não me faça a injustiça de considerar seja abusiva a vigilância bem expressa no discurso de V. Ex^a. A vigilância, no locante à

Petrobrás, todos nós devemos ter, porque nós conhecemos a voracidade dos grupos internacionais.

O SR. MARIO MARTINS — Naturalmente, estamos de acordo.

Sr. Presidente, terminando, lembraria que o atentado não é apenas à Constituição mas ao próprio Código de Minas que, no art. 10, diz que as jazidas de substâncias minerais constituem monopólio estatal. As águas minerais, as jazidas de águas subterrâneas, todas elas estão justamente preservadas pelo Código de Minas, que não permite a intromissão estrangeira.

O nobre Senador Petrônio Portela, porém, não estava presente no início do meu discurso, quando eu mostrava justamente que essas são as pequenas aberturas, as pequenas rupturas, por onde os cartéis estão preparados. E dei vários exemplos da vida republicana, e que procuraram se apossar de nossas riquezas.

O Sr. Petrônio Portela — Permita V. Ex^a mais esta ligeira interrupção. De logo, nobre Senador, ressalvei a não participação, no debate,...

O SR. MARIO MARTINS — Exato.

O Sr. Petrônio Portela — ... e as lacunas conseqüentes haveria, intuitivamente.

O SR. MARIO MARTINS — Perfeito.

O Sr. Petrônio Portela — Mas deixo muito claro, diante do quadro que V. Ex^a, com muita felicidade, sintetiza, o seguinte: se há dispositivos expressos, na Constituição e no Código de Minas, não será um decreto do Presidente da República o instrumento hábil para abrir essa brecha. E V. Ex^a, já agora, poderia ainda acrescentar o crédito de confiança que abriu V. Ex^a próprio ao Presidente da República. Todos nós defenderemos a Petrobrás e, já agora, munidos dos instrumentos básicos — a legislação vigente.

O SR. MARIO MARTINS — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, vou encerrar, finalmente, e peço desculpas por ter me alongado.

Apenas diria que as palavras do ilustre colega poderiam ser gravadas em pedra, em bronze, para a posteridade, mas, sem dúvida que nos dias atuais estamos vendo constantemente o Presidente da República contrariar a Constituição e as leis, inclusive por telegrama, como o em que proíbe as passeias na totalidade das unidades federativas. De modo que o que está na Constituição não é professado pelo Governo.

Mas reconheço que o Presidente da República não poderia ser incluído como homem que, conscientemente, costuma fazer essa abertura para o capital estrangeiro. Daí eu convocar S. Ex^a para a meditação e, ao mesmo tempo, como fiz no início do meu discurso, me dirijo aos oficiais das Forças Armadas, para que eles compreendam que tudo que está havendo, procurando tirá-los de sua atenção, de seu dever, querendo transformá-los em simples polícia, é precisamente para que, à revelia deles, a sombra deles, às suas costas, se cometa o atentado que ora denunciemos.

Estou convencido de que, neste assunto, homens da Oposição, homens do Governo, civis e militares, estudantes e operários intelectuais e burocratas, todos nós devemos nos unir para dizer que não admitiremos que possa o País, a qualquer preço, a qualquer pretexto, sob qualquer razão, vir a ser, no aproveitamento de uma crise nacional, vir a ser vítima de tamanho atentado que derrube patrimônio que não pertence a nós, mas pertence ao Brasil pelos séculos afora. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Apenas para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, sobre a convocação extraordinária do Congresso tem havido comentários da imprensa, que vêm concorrendo para que profunda indignação lavre no seio do povo, em virtude dessa mesma convocação extraordinária. O editorial de um dos nossos principais jornais diz: (Lê)

"Com o plenário praticamente vazio, está se realizando as reuniões da sessão extraordinária do Congresso Nacional convocada pelo M.O.B. Ainda há pouco, o Senado não pôde abrir os trabalhos porque estavam presentes apenas 6 senadores, quando o 'quorum' regulamentar é de 11. Na Câmara, o deputado Antônio Sampaio, apontado para o plenário completamente vazio, disse que essa convocação estapafúrdia representou apenas perda de tempo e dinheiro. Porque há isto, em que o povo deve refletir:

Essa brincadeira inútil, promovida pelo M.D.B., custa dinheiro. Nós todos, com o nosso sacrifício, é que estamos pagando o pacotinho enfiado. E, já se prevê, colimamente para todas as sessões extraordinárias, até o fim do corrente mês não haverá sequer, número para deliciar, muitas vezes mesmo, até para a abertura dos trabalhos. Apesar disso, as despesas da convocação são enormes. Quais as razões dos Deputados do M.D.B., para promover a caríssima e inútil convocação?"

Quando ao comparecimento dos Srs. Senadores e Srs. Deputados, nada tenho a dizer.

E não é este o motivo da crítica da imprensa. A sua crítica é porque a convocação extraordinária do Congresso Nacional está representando perda de dinheiro. Não só isso, de tempo, que as despesas da convocação são enormes.

Houve uma interpretação do líder do M.D.B., na Câmara dos Deputados, à Mesa e, hoje, sobre este assunto, lembos, num outro dos grandes jornais deste País, o primeiro, *Jornal de Notícias*, o segundo o *Jornal do Brasil*:

"Até ontem, a convocação extraordinária da Câmara custou aos cofres públicos cento e quarenta e quatro mil, cento e seis cruzeiros novos, foi a revelação feita pelo Presidente da Casa, Deputado José Bonifácio, ao líder da Oposição, Sr. Mário Covas, que insistia em que o atual período de sessões nada custaria ao País. A média diária é de catorze mil cruzeiros novos, o que indica que, até trinta e um do corrente, só a Câmara terá provocado um aumento de despesas na ordem de quatrocentos e trinta e dois mil cruzeiros novos. Resta saber, agora, quanto custarão as sessões do Senado Federal".

Tenho em mãos o Regimento Interno do Senado e houve tempo em que conhecia, quase página por página, o Regimento Interno da outra Casa do Congresso Nacional. Tenho também em mãos o Decreto-Lei nº 70, de 1936 que dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos Membros do Congresso Nacional, para o período legislativo de 1967 a 1971.

Ouamos o que diz o art. 3º do referido Decreto Legislativo:

"Os Deputados e Senadores não terão direito a ajuda de custo em convocação extraordinária do Congresso Nacional feita por qualquer das duas Casas, em qualquer prosseguimento à Sessão Legislativa, ou dentro de 15 (quinze) dias do seu encerramento".

Pergunto ao Sr. Presidente: algum Senador recebeu ajuda de custo pelo prosseguimento da Sessão Legislativa do primeiro semestre deste ano? Para que fique bem entendido, por esta convocação extraordinária, que implica no prosseguimento da sessão legislativa anterior, algum Senador recebeu ajuda de custo? V. Ex. poderá responder? Esta a primeira que está de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mendin) — Posso responder a V. Ex. que esta convocação não implica em despesa de ordem alguma. Por isso que as despesas que ocorrerem seriam as mesmas, se não estivéssemos em convocação. Ninguém, nenhum Senador recebeu qualquer provento, em relação à convocação. Na verdade, haverá economia para o Senado, porque, em período de convocação ou não os subsídios são os mesmos; no entanto, em razão da convocação, muitos que aqui não comparecem, sofrendo desconto em seus subsídios.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Senador, vamos por parte. A primeira pergunta, a resposta é "não". Nenhum Senador recebeu ajuda de custo, em virtude da convocação extraordinária do Congresso.

Estou procurando esclarecer a imprensa. Esta, quando noticia é porque recebe informações e procura, na sua função natural de esclarecer o povo, transmiti-las para o conhecimento dos interessados. Porque se o Senador ou o Deputado federal houvesse recebido ajuda de custo, por esta convocação extraordinária, eu estaria ampliando esta tribuna, todas as críticas feitas, porque a lei teria sido ferida, a lei normativa e esta sendo ferida, porque o que constitui um Congresso, um Corpo Legislativo, é justamente o seu procedimento no campo ético, no campo moral.

O povo se preocupa e mais critica o Congresso Nacional quando lê notícias sobre o nosso comportamento que fare princípios éticos, princípios morais, princípios de lei, princípios constitucionais. O povo mais se rebelou contra o Congresso quando assim procedo do que quando, porventura, o Congresso vota certas leis que, às vezes, vêm prejudicar os interesses coletivos. Muito bem.

(Lendo.)

"Aquela que não comparecer a nenhuma sessão no período de convocação extraordinária, não terá direito a qualquer parcela de ajuda de custo."

Quer dizer: se a sessão extraordinária fosse convocada 15 dias depois do encerramento do período legislativo anterior, o congressista — Deputado ou Senador — teria direito à percepção de ajuda de custo. Mas, mesmo convocado o Congresso Nacional, depois do 15º dia do encerramento da sessão legislativa anterior, se o Deputado ou o Senador não comparecesse a nenhuma das sessões de convocação, também não teria direito de receber ajuda de custo. Mas não é o caso vertente, porque não é o caso.

Porque o Congresso foi convocado para prosseguimento dos trabalhos legislativos anteriores, na primeira quinzena, após o encerramento daqueles trabalhos, foi uma verdadeira continuação. Logo, nenhum Deputado ou nenhum Senador, teria direito, como não teve e não tem, de receber ajuda de custo.

O Sr. Petrônio Portela — V. Ex. me permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com todo prazer.

O Sr. Petrônio Portela — Sr. Senador como sabe V. Ex., é de tradição parlamentar que as convocações extraordinárias se façam pela Oposição, como no caso de agora. Eu entendo, como no caso de agora, ou então, a pedido do Governo para que se trate, no Congresso, de matéria urgente, do interesse do Executivo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Certo. O Sr. Petrônio Portela — No caso em tela, Sr. Senador, não falo como Vice-Líder, falo como cidadão, falo como Senador falo como homem que se interessa pela preservação das instituições democráticas. O ato da Oposição foi oportuno e válido. Da imprensa, diariamente, surgem críticas tendentes a fazer erro que somos uns marginais. Nós mesmos, por vontade própria, nos marginalizamos. Há uma crise indissolúvel, a respeito da qual, e sobre a qual inclusive está tratando, no Rio de Janeiro, o Conselho de Segurança Nacional. Os problemas de rua, há problemas sociais. Seria ato de irresponsabilidade estarmos aqui, fechados, estarmos com as portas fechadas, quando, em vez disso, devemos estar atentos a tudo que está respeito aos problemas atuais que podem emergir da crise. Nobre Senador Aurélio Vianna, no meu entendimento, não fora a tradição parlamentar da iniciativa oposicionista, tenho a impressão inclusive de que, pelos conselhos dos próprios líderes parlamentares e diante da crise que conhecemos, surgiria um movimento, unânime, no sentido de que as portas do Congresso permanecessem abertas no mês de julho, para permitir que estarmos a denunciar a situação que não há física a solução. Isto, sim, a preocupação de denunciar que o Congresso Nacional é instituição intrinsecamente sensível aos grandes e sérios problemas populares.

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Ex. fez muito bem, analisou muito bem, no seu breve espaço, eu não me lembro de uma só vez, em que o Congresso Nacional se tivesse convocado a si mesmo no período de recesso, sem que não fosse naquele período em que cada Congresso se reunia, porque teria direito a receber a sua ajuda de custo. Desta vez a Casa dos Deputados, a Oposição, que contou com o indispensável apoio da ARENA para a convocação do Congresso extraordinariamente, dessa vez, porém, não houve qualquer interesse pecuniário. Não quero com isto dizer que das outras vezes houve interesse, mas havia um fato: a convocação era feita naquele período em que pela Constituição e pelas leis normativas do Congresso, Senadores e Deputados recebiam ajuda de custo. Mas, desta vez, quando toda a imprensa declara e proclama que estamos atravessando um período de gravidade excepcional na vida deste País, que é uma crise mesmo institucional, em que Ministros de Estado, como um Coronel do Exército que também é Senador da República vem declarar ao Brasil e, conseqüentemente, ao mundo que há uma crise que pode levar o Brasil a uma ditadura de direita ou da extrema esquerda.

O Sr. Petrônio Portela — Pouco importa...

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... neste momento, quando nenhum Congressoista deverá e poderá receber qualquer ajuda de custo, então informa a imprensa dessa maneira. Quem são os informantes, com que interesse? Desmoralizar o Congresso, é claro. Que o Congresso só foi convocado por interesse secundário, pecuniário, o Congresso troca a sua dignidade, o Congresso estaria trocando o seu prestígio, que só é válido quando estruturado em princípios éticos e morais, por um prato de lentilhas de alguns milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, o que estou fazendo desta tribuna é informar a imprensa, coisa que outros teriam o direito e o dever de fazer e infelizmente não o fizeram até agora.

O Sr. Petrônio Portela — O oportuno discurso de V. Ex. com certeza servirá de motivação para que a Mesa do Senado Federal publique nota esclarecedora, de uma vez por todas, dos motivos da convocação, e, sobretudo, do desprendimento dos homens públicos que se afastam dos seus redutos eleitorais e abandonam as próprias fa-

mílias em férias, para estarem aqui no trabalho diuturno, como do seu dever.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Meu nobre colega, e o legislador foi sábio, quando no § 2º, do art. 3º do Decreto Legislativo nº 70, declara ainda que:

"O congressista que não comparecer, no mínimo, a metade das sessões ordinárias, no período de convocação extraordinária, não terá direito à parcela de ajuda de custo a ser paga ao fim da referência convocação."

Isto é, se convocação o Congresso Nacional para o segundo período, quando os Senadores e Deputados estiverem em férias, o período de convocação, mesmo em tempo de convocação a convocação extraordinária, mas faltasse, o Deputado ou Senador, à metade das sessões ordinárias, não receberia a segunda parcela de ajuda de custo. Não é o caso porque, no que se analisa, nem recebe a primeira parcela nem recebe a segunda parcela. Convocado o Congresso para o segundo período, se fosse convocado depois do 15º dia e realizasse uma sessão, duas sessões, três sessões, quatro sessões, cinco, o Congresso teria direito à percepção de ajuda de custo. Mas, não é o caso. A lei é clara.

E agora, Sr. Presidente:

"Art. 4º O membro do Congresso Nacional que não comparecer a sessão terá, automaticamente, a sua diária descontada, não lhe sendo abonada nenhuma falta, salvo se estiver ausente da Casa que integra, em Comissão Extraordinária ou de Inquérito."

V. Ex. é velho membro da Mesa.

Já foi dito, muitas vezes, aqui, nesta Casa, que a convocação da Oposição do Senado se deu, em grande parte, as economias feitas pelos descomos dos jatos dos Senadores faltosos. E eu tenho a impressão, senão a certeza, de que esta Mesa continua disposta a descontinuar, conforme determina o art. 4º do Decreto-Legislativo nº 70, dos Senadores faltosos a parte da diária que lhe caberia se ele comparecesse.

E assim, Sr. Presidente, que a Mesa está se conduzindo? Uma resposta objetiva — sim ou não.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mendin) — Não é possível o sim ou não porque não estamos num inquérito. Apenas quero dizer a V. Ex. o que ocorre com nossos subsídios. Durante esta convocação, é como se estivéssemos nos meses de março, abril ou maio. E quero repetir, porque me parece interessante, é que, ao contrário do que V. Ex. leu nos jornais de hoje, nós vamos fazer economia, porque serão descontadas as faltas, na forma habitual.

O SR. AURÉLIO VIANNA — O que iria, para terminar, declarar é o seguinte: eu não sei se a pergunta foi bem formulada ou mal formulada, pelo nosso líder Mário Covas: "Quanto, até ontem, a convocação extraordinária da Câmara custou aos cofres públicos?" porque eu faria a pergunta diferente: "Quanto, até hoje, custou a Nação estas convocações extraordinárias?" Esta, a primeira pergunta. Mas, imediatamente viria a segunda pergunta: "Quanto lhe teria custado se a convocação não tivesse sido feita?" E aí então vem a resposta que V. Ex. já deu previamente: "Se não tivesse sido convocado o Congresso, a Nação iria pagar aos 409 Deputados a parte fixa, e aos 66 Senadores, a parte fixa e a parte variável."

Então, são subsídios integrais, como se eles estivessem comparecendo ou tivessem comparecido a todas as sessões; como se o recesso não fosse recessos.

Estou procurando ser muito claro. Desde que convocado o Congresso Nacional, os Senadores e Deputados que faltarem, na forma prevista pelo Decreto Legislativo nº 70, só recebe-

ção, quando comparecerem, na forma prevista pelo Decreto Legislativo nº 70, repito.

Consequentemente, o que o povo precisa saber é que esta convocação extraordinária, ao invés de estar dando prejuízos à Nação brasileira, ao revés, está servindo para a economia de alguns milhões de cruzeiros novos.

Quanto aos Deputados e quanto aos Senadores — porque a questão que está girando é em torno de Deputados e Senadores — por exemplo: hoje, creio que ouvi que 12 Senadores estão presentes. Então, que está acontecendo hoje? Se não tivesse havido a convocação extraordinária, a Nação brasileira estaria pagando aos 66 Senadores três milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros novos, hoje. Como houve a convocação extraordinária, a Nação brasileira teve, hoje, uma economia de dois milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros novos. Se hoje 106 Deputados estiveram presentes na outra Casa do Congresso Nacional, a Nação brasileira, hoje, economizou dez mil milhões de cruzeiros novos, porque apenas os 106 que compareceram teriam recebido a parte variável que lhes cabe.

Eu não discuto se havia necessidade ou se não havia, desta convocação. É outro caso. Não está em jogo esta convocação. O debate não é em torno deste assunto. Não é por respeito, mas realmente: o que me traz à tribuna não é o desejo de polemizar com a imprensa, isto é, com aquela parte da imprensa que tem noticiado o que acabou de ler.

O meu desejo é prestar à imprensa informações seguras e se a imprensa provar que os deputados faltosos, que são a maioria, que os senadores faltosos, que também constituem maioria, receberam ajuda de custo e os que compareceram também receberam ajuda de custo, se a imprensa provar que os deputados e senadores faltosos estão tendo as suas faltas abonadas e recebendo como se estivessem aqui presentes, então, a imprensa que está fazendo essa denúncia contará com o meu apoio, contará com o meu aplauso porque, na verdade, o Congresso estaria ferindo as leis que ele próprio elaborou e, inclusive, ferindo leis e princípios éticos, princípios morais.

Sr. Presidente, senti-me na obrigação de vir à tribuna porque, ontem mesmo, estavam aqui em Brasília inúmeros líderes sindicais, representantes de poderosos grupos profissionais, operários, e, quando o Deputado Mário Goyas e eu lhes explicávamos, noutras palavras, o que agora estou dizendo, aqueles líderes sindicais manifestaram a sua profunda surpresa. "Nós não sabíamos. Nós pensávamos que os congressistas estivessem recebendo ajuda de custo e que todos estivessem recebendo, quer comparecessem às sessões, quer não comparecessem". Então, é a opinião pública que se levanta contra o Congresso, por uma culpa que lhe é imputada mas, na verdade, a imputação não é merecida, porque não procede.

Agora, se os informantes, repito, têm base concreta para declararem que os Senadores e Deputados receberam ajuda de custo e, não comparecendo às sessões do Congresso, estão percebendo a parte variável, merecemos a condenação. Merece o Senado a condenação, merece a Câmara a condenação. E o povo tem o direito de se rebelar e de exigir de seus representantes o cumprimento do dever. É outra questão.

Parece que não tem nenhuma importância, mas é isto que tem grande importância, porque nossos filhos nos perguntam, a mocidade nos pergunta, os trabalhadores nos perguntam: então é verdade que os Senhores estão procedendo assim, contra princípios éticos, morais, legais e constitucionais? E quando não perguntam aceitam como válida a imputação, a denúncia. Se um poder inerente, um poder desarmado, como o Congresso Nacional, não tendo como se defender,

aceita a acusação, é desprezado. E do desprezo ao repúdio, é um passo. E do repúdio ao desejo de tê-lo fustigado, o passo é ainda maior.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, pode haver ditadura com Congresso aberto. Havia ditadura na Alemanha hitlerista, com Congresso aberto. Há ditadura em Portugal com Congresso aberto. Em diversos países, inclusive comunista, há ditadura com Congresso aberto. Mas eu nunca ouvi dizer que houvesse democracia, em país nenhum, com Congresso fechado. Isto nunca ouvi dizer. Que nos acusem pelas faltas que porventura tivermos ou estejamos cometendo. Mas não pelos crimes injustamente imputados, ao Congresso Nacional. Por isso não. E estou certo que, depois desta nota, em que se pergunta ao Senado como está procedendo — antes não havia sido feita esta pergunta — a Mesa do Senado dará uma nota oficial clara, que deve ser transmitida na Hora do Brasil, esclarecendo ao povo e à própria imprensa, que eu não condeno, mas que tem o dever de, lendo o que ela transmite para meu conhecimento e do povo, também esclarecê-lo.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a levantar, questão de ordem que Vossa Excelência, com maestria, respondeu, com o desejo de que seja elaborada uma nota e que essa nota seja transmitida ao povo brasileiro, sobre a questão que está apalancando a tantas áreas da opinião pública. (Muito bem!)

COMPARECEM NAOS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Arnon de Mello
José Leite
Eduardo Catalão
Mário Martins
Lino de Azevedo
Milton Menezes
Alvaro Catão
Antônio Carlos

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Antes de passarmos à Ordem do Dia, volto a esclarecer, independentemente da nota que, em atendimento à decisão do Plenário, a Mesa dará em torno do assunto, que a convocação, tal qual se processou, não implica em nenhuma ajuda-de-custo aos Senadores.

No que tange aos subsídios, em consequência da convocação, deixarão de receber a parte variável, na forma do Regimento, os que não compareceram às sessões.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passe-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1938 (nº 1.289-B-98, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-Lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1936, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 270 do Regimento Interno), tendo Pareceres Orais (proferidos na sessão de 10-7-68) das Comissões de Projetos do Executivo, favorável, nos termos do substitutivo que oferece; de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da CPE; de Finanças, favorável ao substitutivo da CPE; e dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, sobre o projeto e o substitutivo de Plenário; e das demais Comissões, sobre o substitutivo, de Plenário.

Assim, concedo a palavra ao Sr. Senador Aurélio Vianna, para proferir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e o substitutivo do Plenário e, ainda, em nome da Comissão de Projetos do Executivo, dar o Parecer sobre o substitutivo.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para emitir parecer — Sem revolta ao orador) — O Projeto do Executivo, a nosso ver, é constitucional. A Emenda substitutiva nº 2, apresentada pelo nobre Senador Mário Martins é a seguinte: (le.)

EMENDA Nº 2

SUBSTITUTIVO

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967, e os artigos 14 e 21 com os respectivos parágrafos e o artigo 8º, Caput, todos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1936.

Art. 2º O art. 2º da Lei número 4.859, de 25 de novembro de 1963, fica restabelecido.

Art. 3º O art. 18 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação: "Art. 18 — A escalafão dos trabalhadores de estiva para as funções de contra-mestre geral de torno obedecerá ao rodízio instituído por lei e será efetuado pelos Sindicatos de Trabalhadores e fiscalizado pelos Conselhos regionais de Trabalho Marítimo de cada porto.

"Art. 4º Ficam restabelecidos os parágrafos 1º e 2º do art. 263 da CLT, introduzidos pela Lei nº 2.872, de 13-9-1956."

O que há de mais importante é o que consta do art. 3º O Senador Mário Martins assim se expressa, para justificá-lo: (le.)

"Em relação ao art. 3º procedemos aqui uma intersetão da redação, pois, o texto aprovado pela Câmara estabelece que os Sindicatos fiscalizariam aos CRTM, o que constitui absurdo, eis que, ao órgão governamental, por lei, é que compete fiscalizar os sindicatos da orla portuária, no tocante à aplicação das leis sociais.

Em relação ao art. 4º, apelamos seja suprimido, pois tratando-se de matéria ligada à Previdência Social, julgamos ser inadequada sua inclusão no presente Projeto, mormente, quando S. Ex.º, o Presidente da República no recente Projeto nº 993, de 1938, houve por bem de incluir e esse Congresso Nacional de aprovar, matéria pertinente aos salários-família dos trabalhadores avulsos, sendo, assim ao que nos parece, prematura e extemporânea qualquer alteração no texto legal, antes que sejam decorridos dois meses da sua vigência".

Sr. Presidente, pela leitura feita, conclui-se que é de clareza cristalina a juridicidade e constitucionalidade da emenda-substitutiva apresentada pelo nobre Senador Mário Martins. Não sei se fui convocado para entrar no mérito, ao dar parecer pela Comissão de Projetos do Executivo. Não sei se ouvi bem.

Então, Sr. Presidente, este substitutivo completa, a nosso ver, alterando o projeto do Executivo, o substitutivo que teve parecer favorável de todas as Comissões, quando dos debates de ontem, substitutivo de autoria do Senador fluminense, Marechal Paulo Torres.

Dando-lhe parecer favorável, irei advogar, no momento em que a Casa decidiu soberanamente a sua aceitação, para completar o que discutimos, na Comissão competente, ou seja, o substitutivo apresentado pelo Senador Paulo Torres.

Toda a Casa tem ciência, os presentes como os ausentes, da disposição de rejeitar-se o projeto do Executivo. E toda a Casa tem ciência de que os próprios Ministros, Coronel Jerbas Passarinho, do Trabalho, e Coronel Andreazza, dos Transportes, entendiam que o projeto que nos veio do Executivo deveria ser alterado. Os próprios interessados, objetos da proposição, os trabalhadores da estiva, os portuários brasileiros, os armadores, através das suas lideranças, tendo colaborado para o aperfeiçoamento da proposição, aceitam que os substitutivos, qualquer dos dois, o da Câmara e o do Senado, com as emendas que vem sendo apresentadas, são muito melhores que o projeto originário do Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, dando parecer favorável ao Substitutivo, proporemos, no momento oportuno, desde que é um substitutivo — e um substitutivo, é uma emenda — se houver margem, se nos for permitido pelo Regimento, à Comissão ou ao Plenário, no caso, se aceito o substitutivo Paulo Torres, o seu aproveitamento como peça indispensável ao aperfeiçoamento do projeto.

Faço esta ressalva porque, entre o Substitutivo Paulo Torres e este, creio que a maioria do Senado seria favorável àquele. Incluindo-se este dispositivo no substitutivo Paulo Torres, com algumas emendas que estão à espera de discussão suplementar para serem discutidas e votadas, então teremos aperfeiçoado um projeto que, a nosso ver, satisfará aos objetivos do Poder Executivo, como também aos desejos desta grande classe de trabalhadores que operam nos portos do Brasil.

Então, Sr. Presidente, terá o Congresso Nacional dado mais uma prova do seu entendimento desse grande problema, que tanto interessa àqueles que constituem a maioria da Nação brasileira, que são os seus trabalhadores, os seus operários.

Portanto, parecer favorável, pela constitucionalidade, e, no mérito, pela aprovação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Como vimos, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo, e o da Comissão de Projetos do Executivo, igualmente favorável.

Solicito agora ao nobre Senador Petrônio Portela o parecer da Comissão de Finanças, de que é Relator.

O SR. PETRÔNIO PORTELA:

(Para emitir parecer — Sem revolta ao orador) — Sr. Presidente, o ilustre Senador Aurélio Vianna já teceu considerações extrajurídicas, porque pertinentes também ao mérito, a respeito do substitutivo sobre o qual me cabe opinar, no âmbito da Comissão de Finanças.

E o faço, Sr. Presidente, favoravelmente, certo de que o substitutivo, constante da Emenda nº 2, atende a todos os requisitos e não contraria as normas que, na conformidade da Constituição e do Regimento, são traçadas como diretrizes à Comissão a que tenho a honra de pertencer.

Sr. Presidente, no mérito, e em nome da Comissão de Finanças, opinio pela aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O Parecer da Comissão de Finanças é favorável.

Deveríamos votar, em seguida, a matéria, mas não há quorum e, por isso, ela fica transferida para a sessão seguinte, assim como as matérias constantes dos itens 2 e 3 da pauta, ambas em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Está finda a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, anunciando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 12 de julho de 1968
(Sexta-feira)

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 76, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 76, de 1968 (n.º 1.200-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei número 127, de 31 de janeiro de 1967, modificando dispositivos do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências, tendo Pareceres orais: I — Sobre o Projeto, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e do Substitutivo da CPE; de Finanças, favorável ao

Substitutivo da CPE; II — Sobre o Substitutivo de Plenário, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; de Projetos do Executivo, favorável; de Finanças, favorável.

2

REQUERIMENTO N.º 350, DE 1968
Votação, em turno único, do Requerimento n.º 350, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aécio Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do editorial de "O Globo", de 27 de junho de 1968.

3

REQUERIMENTO N.º 362, DE 1968
Votação, em turno único, do Requerimento n.º 362, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE INQUÉRITO

PORTARIA N.º 5-68

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria número 48, de 5 de abril de 1968, do Exmo. Sr. Primeiro Secretário do Senado Federal, tendo em vista o disposto no art. 227, da Resolução número 6-60, resolve designar José Bueno Carneiro de Novaes, Redator de Anais e Documentos Parlamentares,

PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado, para acompanhar o Processo Administrativo a que responde o Senhor Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-9, e apresentar a respectiva defesa escrita, no prazo de dez (dez) dias, visto achar-se o acusado em lugar incerto e não sabido, não tendo atendido, no prazo legal a citação por Edital.

Brasília, 14 de junho de 1968. — Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Inquérito.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminados na alimentação popular, bem assim as consequências que dêse uso decorrem para a Economia Nacional no setor da Agro-Indústria Canavieira.

16ª REUNIAO REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1968, AS 16,00 HORAS

As dezesseis horas do dia quatro de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Adalberto Sena, Fernando Corrêa, Manoel Villaga e Raul Giuberti e os Senhores Deputados Brito Velho, Pedroso Horta, Monsenhor Vieira, Magalhães Melo, José Maria Magalhães e Maurício Goulart, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que dêse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Ermírio e Dylton Costa e os Senhores Deputados Manoel Taveira e Wilson Martins.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente o Sr. Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Professor Adriano Ponde Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia e indaga a Sua Senhoria se trouxe depoimento escrito ou deseja ser interrogado pela Comissão. O Sr. Professor expressa o desejo de ser interrogado, por achar o diálogo mais esclarecedor.

Após usarem da palavra para questionar o depoente, os Srs. Deputados Brito Velho, Pedroso Horta, José Maria Magalhães e Maurício Goulart, o Sr. Presidente agradece a presença de S. S. e determina que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

A seguir, o Senhor Senador Milton Campos convoca outra reunião para as dezoito horas quando será ouvido o depoimento do Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 16ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 1968, AS 16,00 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos. Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

Relator: Deputado Pedroso Horta. Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Depoente: Professor Adriano Ponde, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia.

Integra do Apanhamento Taquigráfico Referido na Ata

Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, às 13 horas do dia 4 de junho de 1968 (Depoimento do Professor Adriano Ponde, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia).

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Havendo número regimental, estão abertas as trabalhos. Vai ser ouvido hoje pela Comissão, o eminente Professor Adriano Ponde Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Bahia. Eu desde já agradeço a S. S. o comparecimento e na certeza de que os esclarecimentos valiosos que ele trará à Comissão para os seus objetivos, inago de Sua Senhoria se deseja fazer antes das perguntas alguma observação.

O SR. ADRIANO PONDE — Eu estou aqui, Exmo. Sr. Senador Milton Campos, para ser interrogado e prestar os esclarecimentos que me forem solicitados pela ilustre Comissão Parlamentar de Inquérito, à qual, no momento, eu rendo as minhas homenagens e apresento o testemunho do meu ato aprêço.

Acho que o diálogo será mais esclarecedor e responderei à medida por que for interrogado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — V. Ex.ª terá um interrogador habituado. Tem a palavra o nobre Deputado Brito Velho.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto) — Preliminarmente quero saudá-lo e declarar que o seu nome, se não o primeiro, foi um dos primeiros por mim indicados para que se fizesse ouvir por esta Comissão.

Sabe V. S.ª, Professor Adriano Ponde, que esta Comissão está investigando matéria relacionada com o problema dos adoçantes, a sua maneira de venda e distribuição e uma série de problemas correlatos do ponto de vista econômico.

Fazemos dois tipos de questionários, uns que dizem mais estritamente com o problema econômico e outros que estão relacionados com os aspectos científicos, biológicos e médicos.

V. S.ª há de perceber que as perguntas formuladas algumas vezes têm um certo ar de ingenuidade, sobretudo quando saem da boca de um médico, no caso eu. Entretanto não estamos numa Comissão de Médicos, Sociedade de Medicina ou Congresso de Medicina, estamos numa CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que é composta de políticos que, na maior parte, não são médicos.

Isto é um dado que tem que ser levado em conta. Nós, aqui, procuramos colher o maior número de informações possíveis para, ao cabo dos trabalhos de investigação, de inquérito poderemos chegar a conclusões que permitam o estabelecimento de política referente ao assunto. Daí dever ouvir V. S.ª de minha parte algumas perguntas que lhe causariam estranheza se lhe fossem endereçadas, noutra sala, noutra casa que não esta.

Isto pôsto, quero perguntar a V. S.ª se tem notícia de que algum dos edulcorantes empregados tenha ação cancerígena. Esta a primeira pergunta.

O SR. ADRIANO PONDE — A pergunta é fácil de responder porque, do conhecimento que tenho do assunto e da experiência clínica que possuo, no meu longo tirocinio, nunca vi a menor referência nesse sentido, desde os tempos — e há cinquenta anos — em que se empregava a sacarina até épocas mais recentes, em que se empregavam os ciclamatos.

Não conheço, nobre Deputado Brito Velho, nenhuma referência, na literatura médica, restringindo mais ainda o campo da clínica da dietoterapia, da farmacologia e da bromatologia

que alegasse efeito cancerígeno da parte dos edulcorantes não calóricos, que são os edulcorantes sintéticos, sob essa sigla, porque em dietoterapia quase sempre são mencionados como edulcorantes não calóricos.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — D.ª menciona que V. S.ª, pela experiência, menciona os edulcorantes não calóricos, que são os ciclamatos, a de sódio, seja de cálcio e a sacarina. V. S.ª tem notícia com referência ao chamado dulcin?

O SR. ADRIANO PONDE — A informação que tenho com referência a dulcina é de que, realmente, a bibliografia revelou uma certa toxicidade. Por essa razão foi retirada do mercado, já há bastante tempo, e creio mesmo que no Brasil a dulcina já mais teve emprego, pelo menos não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. S.ª não sabe se foi usado no Brasil?

O SR. ADRIANO PONDE — Não tenho conhecimento disso. O que sei é que, no Brasil, se emprega, há mais de cinquenta anos, a sacarina e, mais recentemente, de uns dez anos para cá, os ciclamatos, porque justamente, se não me falha a memória, a invenção dos ciclamatos data de 1957, por essa época aproximadamente.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradecido a V. S.ª.

A segunda questão é a seguinte: tem V. S.ª notícia, a partir de experiências próprias, de experiências do seu Serviço ou da literatura, quanto à ação farmacodinâmica? Noutras palavras, tem V. Ex.ª notícia sobre a ação sobre o organismo dos edulcorantes não calóricos?

O SR. ADRIANO PONDE — Se bem entendi a pergunta deverei responder se tenho experiência própria sobre a ação morbígena dos edulcorantes sintéticos. A minha experiência se cinge ao campo da clínica, como já disse a V. Ex.ª, e o meu tirocinio é bastante longo, eis que há trinta anos que sou Professor Catedrático de Clínica Médica da Universidade Federal da Bahia.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É eminente professor.

O SR. ADRIANO PONDE — É bondade e gentileza de V. Ex.ª que é prodigo em distribuir esses elogios.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Até pelo contrário. Nesse ponto eu sou um ávaro.

O SR. ADRIANO PONDE — Antes disso já exercia a clínica, porque ucede que fui, durante mais de 10 anos, assistente do eminente professor Prado Valadares, da Faculdade de Medicina da Bahia. E, antes disso, acompanhava o serviço clínico de meu pai, o Dr. João Ponde, que foi um dos clínicos de maior renome, na sua época, em Salvador. De maneira que a minha observação com a sacarina já data, não digo de 50 anos, mas, pelo menos, próximo disso. Nunca tive referência dos seus efeitos morbígenos. Quanto aos ciclamatos a minha experiência é também a clínica. Além de professor de Clínica Médica, fui o iniciador, junto ao Magnífico Ritor professor Edgar Santos, fui o estimulador para a criação da Escola de Nutrição da Universidade da Bahia, da qual ocupo a direção até a presente data.

Na Escola de Nutrição tenho-me dedicado ao ensino da Dietoterapia. Por essa razão, o meu contato com a bibliografia a respeito dos edulcorantes, como se vê, é razoavelmente íntima.

Se não me engano, V. Ex.ª, fezalusão aos efeitos das doses metabólicas ou farmacodinâmicas. Experiência própria eu não tenho, nem tenho notícia de que haja experiência farmacológica no Brasil. Pode ser que exista, mas não tenho notícia. Mas, também não tenho experiência própria nem farmacológica da ação de drogas hipotensoras sobre a pressão arterial, porém, não me é lícito, no

momento, duvidar do efeito benéfico dessas drogas sobre a pressão arterial.

De modo que minhas experiências sobre a ação das drogas no organismo humano são nesse sentido, são experiências clínicas, porque experiências laboratoriais já foram amplamente realizadas em outros centros, particularmente na América do Norte.

E os estudos realizados obedeceram a um critério muito rigoroso e metódico e para dar uma notícia do rigor com que essas observações foram executadas em organismos convenientemente equipados, basta mencionar que os ciclamatos foram incluídos na farmacopeia de diferentes países, inclusive o Brasil.

Ao lado disso, posso também referir que no Código Latino-Americano de Alimentos, há referência ao emprego de edulcorantes artificiais e até recomendando, numa dose bastante generosa, como aditivo às soluções que sejam utilizadas com fins comerciais na indústria de alimentos.

No artigo 584 do Código Latino-Americano de Alimentos, há esta recomendação de ciclamato de sódio, de potássio cálcio e magnésio. E sua mistura poderá ser utilizada em proporções até 2 gramas, por cento, expressas em ácido cítrico-hexil-sulfônico. Esta é a conclusão já aceita no Código Latino-Americano de Alimentação, publicado em 1964.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Há referências a algumas experiências feitas em ratos. Na experimentação que se fez verificou-se o seguinte: se a concentração, o percentual do edulcorante, no caso, do ciclamato, ia até um por cento, nenhuma modificação se verificava no ritmo do crescimento dos camundongos e ratos objeto de experiência, mas quando, era atingido a proporção de cinco a dez por cento, observava-se que os animais tinham uma lentidão relativamente grande no seu crescimento. E um dos trabalhos que nas manuseei há alguns dias, fazia referência expressa ao número de gramas fornecido a cada um desses animais e que foram confrontados com um grupo que não recebia ciclamatos. Esses animais, depois, morreram e a análise patológica não revelou lesão alguma. Tanto que foi admitido que a dificuldade do crescimento se devia a uma deficiência de absorção, porque depois de uma concentração um tanto elevada, pode haver amolecimento das fezes ou mesmo o estado diarreico. E houve um bloqueio da hipófise anterior. Além do mais, esse trabalho faz referência a uma ninhada de ratos que veio a morrer com muita frequência. Eu pergunto se V. Sa. já teve notícia dessa experiência e que valor dá a mesma?

O SR. ADRIANO PONDE — Da experiência não tenho notícia, mas acho a dose empregada na experimentação, excessiva. Admito que a dose de 2%, utilizada no homem, cujo peso é evidentemente muito superior ao de um rato, é desnecessária. De maneira que a experiência foi executada com a concentração que foge à comparação no organismo humano. Além do mais, outra objeção é que não se teria transpor experiência dessa, em rato, para o organismo humano. A dose foi muito elevada, e mais do que se costuma empregar ao homem adulto.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Temos ouvido de alguns depoimentos que seria conveniente que no Brasil e em todo o mundo, dada a difusão sempre crescente dos edulcorantes artificiais, continuasse a experimentação particularmente no que diz ao emprego dessas substâncias em crianças, noutras palavras, em indivíduos ainda em desenvolvimento.

Parece a V. Sa. ser conveniente que se continue a experimentação em busca de uma possível ação maliciosa

dessas substâncias, ou parece que a massa de observações já é suficiente para que se encontre esse capítulo das experimentações?

O SR. ADRIANO PONDE — A minha opinião pessoal e imparcial, inspirada somente na formação científica e na formação técnica, é que com o que conheço, essa massa de conhecimentos já me satisfaz e tornaria desnecessário prolongarmos essas observações, porque a contribuição trazida ao assunto pela literatura mundial é bastante satisfatória e o assunto já está exaustivamente tratado nos grandes centros. Hája vista que o emprego desses edulcorantes é aceito e recomendado e analisado pelas comissões de pesquisas da FAO, como da Organização Mundial de Saúde. Se essas organizações, com a responsabilidade que lhes assiste, com o critério e o rigor com que analisam os fatos que lhes chegam ao conhecimento, experimentais e clínicos, admitem o uso amplo desses edulcorantes, não vejo, pessoalmente, razão para pôr em dúvida essas conclusões.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradecido.

O SR. ADRIANO PONDE — Quero salientar que o meu depoimento é simplesmente o de um clínico e professor que procura servir à comunidade com toda a honestidade e sinceridade. Não tenho segundas intenções nem estou inspirado por outros interesses a não ser o esclarecimento da verdade e o desejo de servir ao povo e ao homem brasileiro.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Professor, a quinta pergunta, que foi endereçada a todos os presentes, é a seguinte: quais as indicações, em bases científicas, do emprego dos adoçantes artificiais?

O SR. ADRIANO PONDE — As indicações se baseiam no seguinte: esses adoçantes, como já mencionei, não têm valor calórico. De outra parte, esses adoçantes, até onde chega o conhecimento atual, não são metalotóxicos. De maneira que podemos admitir que não são nocivos ao organismo humano até prova em contrário. A obesidade é uma condição grave para o estado de saúde do indivíduo.

A obesidade, o diabetes e a sacarina são irmãos gêmeos. E também a aterosclerose estão unidos por um laço indissolúvel.

Para atender ao tratamento dessas circunstâncias só há um recurso razoável: redução de peso. E redução de peso ser moderar o apetite do indivíduo, redução de peso sem reduzir o valor calórico do seu regime, de nada adianta. E só podemos reduzir esse valor calórico à custa do carboidrato. E, reduzindo a cota de carboidrato, substituímos o seu valor edulcorante por outro edulcorante que não tenha significado calórico.

Esta é a indicação científica dos edulcorantes: contribuir como um instrumento a fim de que o clínico possa reduzir o valor calórico do regime alimentar, coibindo, assim, o aumento excessivo do peso. E, no caso do diabético, em que é indispensável a redução dos carboidratos, não se dita outro recurso. Não terá o clínico, para minorar essa situação de "stress" ou, no neologismo do Prof. Pedro Pinto, de "extensão" desses doentes, se não lhe suavizar a existência com esse aditivo que é o edulcorante não calórico. O mesmo se passaria para conseguir a redução do peso no obeso.

O problema da aterosclerose eu poderia deixar, talvez, para um outro que quisesse perguntar, para que eu manifestasse a minha atitude em relação à dietoterapia da aterosclerose — assunto que tem merecido, de minha parte, um grande cuidado e já escrevi um capítulo que foi publicado em homenagem às bodas de prata do Prof. Luiz.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Edição, noto que V. Sa. considera como indicação para o uso do edulcorante a obesidade, em que precisamos reduzir as calorias ingeridas pelo paciente: os diabéticos porque devem sofrer restrições de carboidratos; e os arterioscleróticos. Seriam essas as três indicações formais para o uso de edulcorantes artificiais.

O SR. ADRIANO PONDE — Poderia licença para acrescentar ainda mais se necessário — é um entendimento também — edulcorantes para manter o indivíduo no peso teórico, porque se ele excede o peso teórico ele vai encontrar uma certa restrição na sua capacidade de exercício físico. Aos atletas, por exemplo, seria uma recomendação mantê-lo dentro do peso teórico.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Imagine V. Exa. se eu estivesse na mesa — teórico o que eu não teria neste País. Por isso alguns adversários e amigos não querem que eu reduza o peso. De qualquer maneira V. Exa. diz e há muita clareza que o obeso é diabético, para manutenção daquilo que se chama peso teórico, que evidentemente não é uma cifra fixa, mas tem um certo elastério vinculado à condição física do indivíduo, do paciente, etc.

Tirante essa situação, admitindo o homem comum — e vamos chamar, aqui, o homem comum, o homem normal, o homem que não seja obeso e que não tenha tendências à obesidade, e que não seja diabético, e que não tenha sinais evidentes de arteriosclerose já avançada ou mesmo incipiente — acha V. Exa. que para esse indivíduo haveria alguma indicação do uso de edulcorante?

O SR. ADRIANO PONDE — Para o indivíduo que esteja com o peso teórico normal, evidentemente não deveria haver indicação alguma.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não há razão nenhuma para o uso do edulcorante.

O SR. ADRIANO PONDE — Para quem esteja dentro do peso teórico, V. Exa. há de concordar que são muito poucos. Em geral, depois dos 40 anos a grande massa excede o peso teórico. É uma noção de saúde pública que precisaria ser bastante divulgada. Não só há necessidade de manter o peso teórico, como os indivíduos que passam da quarta década não devam ficar adstritos, exclusivamente, ao peso teórico, porque, na profilaxia da arteriosclerose, deveriam ter 10% abaixo do peso teórico. O problema, como se vê, é um tanto complexo.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Como estamos falando em peso teórico e nem todos, aqui, são entendidos em problemas de Biologia e, particularmente, em Medicina, poderia V. Sa. dar uma ideia sobre o que entendemos por peso teórico?

O SR. ADRIANO PONDE — O peso teórico seria mais fácil de ser definido consultando-se as tabelas, porque as tabelas estão calculadas de acordo com a idade, sexo e envergadura. Já estaria a definição de peso teórico. Aproximadamente, poderíamos dizer, num cálculo grosseiro, que o homem adulto deveria ter, em quilos, a cifra correspondente ao número de centímetros que excedesse ao metro. Assim, o homem que tivesse a altura de 1,68m deveria pesar 68 quilos.

Para a faixa média, esse raciocínio procede, porém, para os extremos da escala, não. Daí a necessidade de consultar as tabelas onde os cálculos são feitos com o maior rigor.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sa. fez referência ao eminente Professor baiano, Prado Valadares, um dos iniciadores, neste País, da Biotipologia, ou constitucionalística, como diríamos, irritando um tanto os mestres do Direito.

Exatamente por isto, perguntaria a V. Sa. se dois indivíduos com mesma idade e com mesma estatura, um de biotipo brevilíneo estênico e outro longilíneo astênico, acredita V. Sa. ambos deveriam ter o mesmo peso teórico ou que a ambos deveria corresponder o mesmo peso?

O SR. ADRIANO PONDE — Responderia agora invocando também um outro grande nome da Medicina, e da Medicina francesa: "La Médecine est comme l'amour — tardis, jamais que toujours" (?)

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Pensa V. Sa. deveríamos fazer correções com referência ao biotipo, porque a tendência de alguns professores, e alguns especialistas é fazer concessões e admitir que o peso seria considerado normal, tratando-se de um brevilíneo estênico, o número de centímetros além de um metro até mais 10%, e que o leptossômico, usando a linguagem de Kessler, poderia ter menos 10% e ainda seria considerado normal.

Parece a V. Sa., autoridade, mestre no assunto — eu apenas sou curioso —, parece a V. Sa. que esta noção pode ser introduzida na determinação do chamado "peso ideal"?

O SR. ADRIANO PONDE — No momento a situação não está analisada com este rigor, por isso que há fórmulas matemáticas avaliando os parâmetros que permitirão dar resposta mais segura. Entretanto, digo a V. Exa. que não tenho os elementos aqui. Mas, se consultarmos — e lembro um livro de Wöhler (?) sobre os regimes alimentares do homem são e normal, e se consultar também a obra recomendada pelo Conselho Nacional de Pesquisas na Norte-América, essa fórmula se encontra lá explicitada.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E levando-se em conta, também, esses dados biotipológicos.

O SR. ADRIANO PONDE — Agradecido a V. Sa.

A quinta pergunta, Professor, é a seguinte:

Quais os efeitos da restrição dos sacarídeos no que diz do desenvolvimento de crianças, a dolescentes e com a saúde desses e do adulto?

O SR. ADRIANO PONDE — Aí, meu caro deputado, eu me permitiria fazer uma modificação, tomando a liberdade, porque os sacarídeos significam os carboidratos.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É evidente! Eu fiz a pergunta intencionalmente assim, para que V. Exa. esclarecesse a Casa.

O SR. ADRIANO PONDE — A restrição não pode visar os sacarídeos, porque então seria um excesso termos que suprimir um dos nutrientes essenciais, um dos principais nutritivos essenciais, que seriam os carboidratos.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É que eu estava ensinando ao Deputado Maurício Goulart, e ele vai ver se estava certo ou não.

O SR. ADRIANO PONDE — Os carboidratos podem ser reunidos em três grupos essenciais: os monossacarídeos, que seriam representados pela glicose, maltose e lactose, esta última resultando da hidrólise da lactose do açúcar no leite; pelos dissacarídeos e neste grupo então teríamos a sacarose, que me parece o ponto nevralgico, o açúcar da cana e da beterraba, a lactose e a maltose. E os polissacarídeos se formam pela condensação de numerosas moléculas de monossacarídeos e dos quais apresentamos como exemplo a celulose, o amido, a inulina e o glicogênio. O glicogênio é a fórmula pela qual se armazenam os carboidratos no organismo.

A pergunta visa os dissacarídeos?

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Nós queríamos as duas coisas: essa prévia exposição e o que ouviremos a seguir.

O SR. ADRIANO PONDE — Os dissacarídeos são representados pela sacarose.

Nos indivíduos normais é claro, é evidente que não é preciso haver restrição. O emprego dos edulcorantes é necessário justamente para corrigir as situações anômalas. Por exemplo, evitar excesso de peso, que já é uma doença. Além de 15% sobre o peso teórico, conforme a opinião das escolas, já entra o indivíduo na faixa de obesidade. E assim deve-se usar o edulcorante para atender à circunstância dos obesos e, sobretudo, para evitar a arteriosclerose, que é o grande fator responsável pela alta mortalidade após os quarenta anos, justamente na fase em que o indivíduo está produzindo mais, digamos assim, com a maior capacidade produtiva da sua vida.

Nesta fase, depois dos 35, 40 anos, nesta fase é que começa a se agravar o problema de arteriosclerose. E se me permite é justamente a sacarose o inimigo número 1, em relação à etinopoligenia da arteriosclerose. A corrente mais recente admite que muito mais perigoso é o emprego excessivo das gorduras, mesmo das gorduras saturadas, do que o emprego das disacarídes.

Se me permite ler, poderia documentar. Trouxe aqui esse trabalho recente "Contraversy in Internal Medicine" publicado, ainda no ano passado, em que há três capítulos, que estudam os pontos controversos, no panorama atual da Medicina.

O primeiro, arteriosclerose e dieta. O dilema dos anticoagulantes, as novas drogas no hipertensão arterial, a terapêutica fidelonítica, e assim por diante.

O tratamento dietético da úlcera duodenal. Sobre arteriosclerose e dieta, eu quero referir, como estamos numa assembleia que não é somente de médicos, que em dietética, consideramos dieta, dieta sinônimo de regime alimentar, e fideis à origem grega do termo, dieta e regime alimentar são a mesma coisa. Porque a noção latina é que dieta se restringe exclusivamente a regime de indivíduo doente. O que chamamos dieta é o mesmo que regime alimentar.

Na arteriosclerose e dieta temos três artigos: um de autoria de Jeremiah Stamler — da Northwestern University Medical School; outro de autoria de Margaret Albrink, da West Virginia University School of Medicine; e o outro de Mark Altschule, do Maclean Hospital Wellver Massachusetts.

Como vê V. Exa. eu estou quase na situação de um candidato à cátedra, depois de ter exercido durante 30 anos, estou quase fazendo uma defesa de tese...

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. S. está relatando casos.

O SR. ADRIANO CONDE — Estou me sentindo nessa situação.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E eu aprendendo com Vossa Senhoria.

O SR. ADRIANO CONDE — Nesse trabalho de Stamler, na página 32 ele diz: não sei se leio em inglês ou em português.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Pode ler em português, nós acreditamos na tradução de Vossa Senhoria.

O SR. ADRIANO CONDE — Vários investigadores recentemente deram grande ênfase ao papel significativo que representa a ingestão em grande quantidade dos carboidratos simples, mono-sacarídeo e dissacarídeo e na patogenese arteriosclerótica nos países bem desenvolvidos.

Os dados epidemiológicos que foram apresentados apóiam esta hipótese. Assim as análises apresentadas pela FAO e Organização Mundial de Saúde apresentam dados colhidos em grande número de países que demonstram as ocorrências com mortalidades cardiopatas congênitas e a ingestão de açúcar e outros ingre-

dientes de acordo com a ingestão per capita".

A outra é de Margaret Albrink, na página 67, talvez ainda mais clara. Devo salientar que os críticos e estudiosos dos problemas de arteriosclerose humana dão mais valor como índice do processo arteriosclerótico às determinações das triglicérides, como superiora essas determinações. A verificação da taxa de colesterol sanguíneo apresenta as triglicérides índices mais sensíveis do que o colesterol e o aumento da taxa das triglicérides é essencialmente pela sacarose, enquanto a taxa de colesterol sofre influência de ácidos gordurosos não sacarícos.

Esta conclusão de Margaret Albrink diz que o nível da triglicéride pode ser mais anormal do que o nível do colesterol, em pacientes com arteriosclerose e quando a determinação da triglicéride for feita em companhia da determinação do colesterol as possibilidades de mais minúcia, de mais rigor na verificação das anomalias lipídicas desse são muito maiores. Daí a indicação de associarem as duas determinações.

Outra conclusão: enquanto o colesterol pode estar relacionado com a ingestão de gordura as triglicérides são relacionadas com a ingestão calórica total e sobretudo com a ingestão de carboidratos.

Noutra página temos o seguinte: nesse trabalho de Mark Altschule, na página 73, em que diz:

"Um fator dietético que deve ser levado em consideração é a ingestão de carboidrato. Estudos coronária corre paralelamente com a ingestão de sacarose, muito mais intimamente do que corre paralelamente com a ingestão de qualquer outro tipo de gordura".

Desse modo penso que já respondi à pergunta.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Realmente, e muito interessante a apresentação de V. Sa., porque exatamente esses três autores norte-americanos seguem a linha de Nietzsche na Inglaterra como noutras revistas que se dedicam a essa matéria de publicação.

Veja V. Sa., entretanto, que cada cinco anos julgamos que há uma descoberta nova e, por conseguinte, uma diminuição de arteriosclerose. Mas o que me preocupa é exatamente porque será exatamente a sacarose ou seria o dissacarídeo o agente maléfico, quando sabemos que realmente não é a sacarose. A sacarose é hidrolisada, digerida, para os nobres colegas que não entendem muito de hidrólise, e é exatamente esse edulcorante, no caso a sacarose, hidrolisada ou digerida que vai produzir dextrose e levulose. De sorte que são a levulose e a dextrose absorvidas. Ora, todos os outros polissacarídeos vão dar, intermediariamente, a maltose que, por sua vez, hidrolisada, dará a dextrose. Então, a pergunta a fazer, porque não li esses trabalhos, é se seria a levulose a causa da arteriosclerose, mais frequente, nos que ingerem sacarose? A única diferença que há é uma maior chegada ao organismo de levulose quando se ingere grande quantidade de sacarose do que quando se ingere, digamos, amido, porque o produto da degradação da digestão do amido é exclusivamente a sacarose. Cada molécula de maltose dá duas moléculas de dextrose, ou glicose como habitualmente se diz. Então, pergunto a V. Sa. se já formularam alguma hipótese, pelo menos como hipótese de trabalho, correlacionando essa ação morbigena da sacarose à levulose.

O SR. ADRIANO PONDE — Os trabalhos se relacionam ao emprego da sucrose, ou sacarose que são a mesma coisa. Esses é que são os açúcares normalmente empregados.

Como sabe V. Exa., a levulose só seria empregada no campo da terapêutica. Normalmente não é empregada. Apenas há um alimento que apresenta um alto teor de levulose, o mel de abelhas, que tem 40% de levulose, mas tem alta percentagem de sacarose e de glicose. O problema se tem cifrado sobretudo com a sucrose e o açúcar comercial que se aplica com fins edulcorantes.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Como poderiam eles verificar, fazendo o balanço, que a causa estaria na sacarose e não na ingestão completa do hidrato de carbono?

Por que seria que eles destacaram do hidrato de carbono, em geral, exatamente a sacarose? Qual foi o tempo de investigação que fizeram e qual a análise de estudos feitos pelos autores, que os levaram à conclusão de que a sacarose seria um dos elementos do grupo dos hidratos de carbono ou dos carboidratos?

O SR. ADRIANO PONDE — Foram os estudos experimentais, farmacológicos da arteriosclerose e correlacionados à frequência, justamente, da cardiopatia da arteriosclerose dos indivíduos que tinham um nível calórico muito elevado. Esse valor calórico, representado principalmente pela caloria do carboidrato, é habitualmente utilizado como edulcorante, que é a sacarose, visto que a função metabólica essencial e única do carboidrato é a produção de energia.

Por essa razão, as calorias produzidas pelo carboidrato, então, foram chamadas de calorias vazias, porque não concorrem para a atividade do valor plástico da alimentação, nem como regulador.

E, acontece, também, o seguinte: o uso excessivo dos carboidratos, não deixa de ser nocivo ao organismo. O organismo tem capacidade limitada para armazenar o glicogênio, que é um amido animal e que decorre, justamente, dos carboidratos ingeridos. Quando a quantidade absorvida, pelo organismo, é muito grande, o excesso de calorias é transformado em gorduras e, como tal, ficará depositado nos tecidos. Se, ao invés disso, a cota de carboidratos é insuficiente para as necessidades energéticas, o organismo utiliza as gorduras e as proteínas acumuladas nos tecidos.

Seria interessante fazer-se uma digressão para se compreender melhor o mecanismo metabólico dos carboidratos. Observe-se que o ácido acético poderá ser aproveitado pelo organismo para formar as gorduras e o colesterol e até para a formação de vitamina. Outra vitamina para utilização do ácido acético, e esta vitamina é o ácido pantotênico, vitamina do Complexo B. Poderá também o ácido acético ser oxidado. Um terceiro destino para o ácido perúvico está no processo conhecido como a transmissão em que funciona a vitamina B6 como coesmina. O ácido perúvico produz diretamente energia através do ciclo de crebes, e funciona para conversão do carboidrato em gordura e também na interconvertibilidade do carboidrato em proteína. A molécula do glicérol poderá ser aproveitada para formação de carboidratos. Se a cota de carboidratos for baixa, então o organismo vai utilizar gorduras e proteínas para produzir carboidratos. Isso aí, é da molécula do glicérol que será obtida a formação do carboidrato. Os ácidos gordurosos, entretanto, que fazem parte de triglicérides, não podem servir para o mesmo fim. A produção de carboidrato a partir da proteína é processo normal, e cerca de 50% de proteínas podem ser transformadas em hidratos de carbono. Isto é preciso ser levado em consideração, sobretudo pelo clínico quando prescreve regime de diabéticos. A cota de

carboidratos não pode ser reduzida excessivamente. E a doutrina atual é dar, pelo menos, isto é, cobrir 50% das calorias tais com os carboidratos. Para isso temos o recurso dos antidiabéticos orais ou da insulina, para contrabalançar a situação quando o organismo não pode atender a esse problema por si só.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Professor, os esclarecimentos que V. Sa. nos tem prestado são muito interessantes. Gostaria de perguntar se essas observações, essas investigações, que têm consistido essencialmente no que poderíamos chamar de verificações de correlação, se foram acompanhadas essas investigações com exames de laboratório? Em outras palavras, os laboratórios têm realizado quadros idênticos ou semelhantes ao da arteriosclerose tradicionalmente baseados em gorduras, administrando sobrecarga de hidrato de carbono em animais?

O SR. ADRIANO PONDE — Não posso responder. Não há referências nesse sentido. Como já disse, o excesso de hidrato de carbono se transforma em gordura.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É uma coisa um pouco diferente. A gordura é menos danosa do que o carbonato. A explicação de V. Exa. cairia na afirmativa de que o hidrocarbonato geraria a gordura e a gordura seria a causa, quando a tendência moderna é inverter. A Comissão está aprendendo muito. V. Senhoria disse há pouco que a Comissão faria um concurso, uma sabinha. Não é isto. Quero destacar, mais uma vez, que esta é uma Comissão que não sabe, tem consciência de que não sabe e que, por isso, procura saber interrogando, arguindo os sabedores.

Foi um velho escritor que disse que "o mal não é ignorar, mas ignorar a própria ignorância". Esta é dos muitos males que afligem o mundo inteiro.

Exatamente é o que a Comissão faz: ouvir homens de formação a mais variada, de todos os quadrantes do Brasil; ouvir os seus depoimentos para, depois, formar um juízo e tomar atitude política. Porque a atitude política é diversa da atitude técnica. E a distinção que costumamos fazer entre técnico e político técnico é o homem que tem o que chamamos visão da realidade — diz Stamler; punctiforme; visão apolítica. A visão do político, que é punctiforme, é global, é uma visão faustica ou dionisíaca, aquela a que se refere Nietzsche; visão faustica, como diria Stamler.

E' essa a responsabilidade tremenda que tem o político: coligir todos os dados e, depois, através de uma visão global, estabelecer uma diretriz.

Ora, não se pode ter visão global se não se tiver a particular Visão global, não exclusivamente mas, até certo ponto, um somatório das visões parciais e punctiforme. Daí a importância de um depoimento como o de V. Sa., como o de todos os técnicos.

Estou encantado com as respostas de V. Sa., que estão servindo de esclarecimento, ajudando-nos.

Mas continuarei nesta atitude um tanto ingênua, fazendo perguntas que não são para esclarecer propriamente a mim mas para fornecer à Comissão aqueles elementos de que carece.

O SR. ADRIANO PONDE — Peço permissão para dizer a V. Exa. que quando me coloquei naquela situação foi muito agradável, e não tinha nenhuma intenção.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sei que V. Sa. não tinha. Mas quero deixar bem claro que o assunto está bem sabatinado, examinado. Seria o inverso da banca nas universidades: que os alunos es-

vejam ao nível do professor. Aqui, não há nem sabatina nem concurso.

O SR. ADRIANO PONDE — Estou lembrando a sabatina quando tive de fazer concurso. E' com grande satisfação que eu evoco trinta anos atrás.

SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Veja V. Sa. como são os temperamentos: eu não tenho saudade dos concursos. Nada mais artificial do que um concurso como habitualmente é feito no Brasil. Mas é outro assunto.

O SR. ADRIANO PONDE — Estou aqui para prestar todos os esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito. E quero renovar, aqui, meus protestos de alto apreço e elevada consideração a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradecido a V. Sa. Vossa Senhoria sabe também do apreço que lhe dedicamos.

O SR. ADRIANO PONDE — Realmente, sentimos o laço de amizade e de gratidão.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E V. Sa. demonstrou bem isso, quando nos recebeu em Salvador.

Mas, agora, outra pergunta: encerra alguma dúvida a substituição, em indivíduos normais, da sucrose pelo adoçante não calórico?

O SR. ADRIANO PONDE — Creio que já me manifestei a esse respeito. Um indivíduo normal não precisa de restrição nenhuma; tem que seguir uma dieta normal não precisa de restrição nenhuma, tem que seguir uma dieta normal.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Muito bem.

O SR. ADRIANO PONDE — Esses recursos são para atender situações anormais e anômalas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Muito, bem Professor.

Admitindo que os edulcorantes artificiais devam ser usados em situações especiais, qual a orientação, sob o ponto de vista de V. Sa., que deva ser tomada pelo Poder Público, relativamente à venda, seja do edulcorante não calórico, seja de alimentos em cuja preparação tenha sido ele empregado?

Isto agora é um problema de política propriamente dita, e gostaria de ouvir a opinião de V. Sa., porque tenho insistido sempre em ouvir a opinião dos depoentes.

O SR. ADRIANO PONDE — Responderia a V. Sa., adotando a orientação do Código Latino-Americano de Alimentos — não lerei todo o artigo por ser extenso; deixou-o à inteira disposição da Comissão — em seu Artigo 711, que diz o seguinte: "Os alimentos para regime, etc. etc. etc. com base em cacau, chocolate, café, chá, mate, guaraná, cola, gelados, bebidas analcolicas, etc.", poderão elaborar, substituindo-se o açúcar por edulcorantes de sódio ou cálcio, sacarinas ou outros edulcorantes artificiais inofensivos e autorizados". Além disso deve-se cumprir o Artigo 584, devendo-se declarar no rótulo: "Contém edulcorante artificial".

Tão eu achava que a medida seria informar ao público que esse ou aquele produto contém edulcorante artificial. E' uma recomendação que vem expressa no Código Latino-Americano de Alimentos.

A proporção de sacarina não poderá exceder a 0,15cg% de alimento ou bebida, e a de ciclamato não deverá exceder a 2g%, expressa em ácido ciclánico, que é ciclo exil sulfônico.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Isto quanto aos alimentos preparados com edulcorantes. E quanto aos edulcorantes em si, como deveriam ser vendidos, nos armazéns em geral, nas mercearias, ou apenas nas farmácias, independentemente de receita médica? Que pensa V. Sa.?

O SR. ADRIANO PONDE — Acho que os edulcorantes, em si isolados, deveriam ser vendidos nas farmácias. E' o que se está fazendo em todo o mundo. Quanto aos alimentos e refrigerantes, aos quais se adicionam edulcorantes não calóricos, estes poderiam ser vendidos nas mercearias, mas com este aviso: "Contém edulcorantes não calóricos".

Foi assim que vi nos supermercados de várias cidades da Norte-América e nas grandes cidades da Europa.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Quero agradecer as informações que V. Sa. prestou, dizer da minha satisfação em vê-lo nesta Casa e declarar ao Sr. Presidente que estou satisfeito, pedindo desculpas ao eminente Relator, por haver falado em primeiro lugar, hoje. Eu receava que S. Exa. não comparecesse, porque não o havia visto, e, como disse o nobre Senador Milton Campos, parecia que não estava na Casa.

Sei que V. Ex. é capaz de todos os sacrifícios para acorrer a todos os seus deveres, mas como havia saído um tanto adoentado, há três dias, imaginei que não tivesse voltado. Por este motivo, iniciei o interrogatório.

Evidentemente, há uma série de perguntas que serão formuladas por V. Ex., mas, repito, peço-lhe desculpas por lhe ter roubado o lugar, por determinação do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — A Presidência também faz suas as desculpas devidas ao nobre Relator, Deputado Pedroso Horta. Não se aguardou a presença de V. Ex., sempre tão pontual, porque receávamos que não se encontrasse em Brasília.

É uma alegria imensa termos V. Ex. aqui presente, e dou-lhe a palavra para arguir o depoente.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, agradeço, em primeiro lugar, a deferência com que invariavelmente sou tratado pela Presidência, como pelo nobre Deputado Brito Velho.

Acredito mesmo que a inversão na ordem dos nossos trabalhos só pode ter sido útil, porque o eminente Professor Adriano Ponde foi inquirido por um douto.

Não sei até onde se estenderam as indagações formuladas pelo Deputado Brito Velho, pois tenho a impressão de que cheguei em meio à inquirição. Assim, se eu repetir alguma indagação já formulada, peço a V. Sa. me excuse.

O SR. ADRIANO PONDE — Sempre será um prazer manter diálogo com V. Ex.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, queria saber a origem dos adoçantes sintéticos. De onde são extraídos?

O SR. ADRIANO PONDE — No momento não me ocorre, pois não sou um farmacólogo, sou um clínico, não poderei dar uma informação. O que eu posso assegurar é que eles não são derivados da hulha. Até aí vai o meu conhecimento.

Mas, se der tempo, eu talvez possa informar a V. Exa.; se consultar um Tratado de Bromatologia essa curiosidade poderá ser satisfeita, eu poderei responder.

Não sei se nos elementos que eu rago aqui haverá uma informação a respeito. (Pausa.)

Apenas posso informar que não são derivados da hulha.

Senhor Presidente, penso que compreenderá minha dificuldade em responder, porque não sou, como já disse, um farmacologista.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Inclusive, se V. Sa. não tiver presente a informação que eu lhe solicitei, me dirá, pura e simplesmente, que não a tem presente.

O SR. ADRIANO PONDE — Não tenho, no momento presente, porque não sei. Se V. Ex. interrogar, por exemplo, de que substância é extraído

determinado medicamento, eu posso responder: não sei. Se, por exemplo, me perguntar de onde é extraída a tetraciclina também não sei, como também a nitroclina; também não sei como são extraídas e sintetizadas as sulfamidas.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — V. Sa. poderia informar qual a contribuição da indústria nacional na produção de matéria-prima para a produção de adoçantes sintéticos?

O SR. ADRIANO PONDE — Isto foge da minha alçada.

Como V. Ex. não estava presente, gostaria de insistir que sou Professor de Clínica Médica e clínico militante. Como Professor, há trinta anos estou na Universidade Federal da Bahia. Nesta condição de Professor de Clínica Médica, notando há cerca de doze anos atrás, o profundo desinteresse que nós, clínicos, votávamos à dietética e percebendo que, pelo menos no centro onde eu trabalhava, os doentes eram submetidos empiricamente a dietas impossíveis de se compreender e de se admitir, não só porque não tínhamos os técnicos preparados para uma boa aplicação dos regimes dietéticos nos nossos hospitais, insisti com o Magnífico Reitor Edgar Santos, a quem nunca será bastante credora a sociedade baiana — e por que não dizer o Brasil? — que prestou extraordinários serviços dedicados à causa do ensino e particularmente ao Estado da Bahia.

Insisti junto a esta brilhante personalidade, em vista dos excepcionais problemas que surgiam, insisti em criar a Escola de Nutrição da Universidade da Bahia. Essa escola foi criada e desde então, assumi a Diretoria dela e seu ensino, com a disciplina de Dietoterapia.

De maneira que o meu problema é dentro do problema da clínica, porque tenho uma longa experiência com o uso de edulcorantes, uma vasta observação clínica, enorme experiência com o uso desses edulcorantes, e os produtos sintéticos. Além disso, há a responsabilidade de ensinar a Dietoterapia numa Escola destinada ao estudo da nutrição.

O ensino da nutrição e da dieta tem por finalidade modificar a dieta normal para utilizá-la com ação medicamentosa. Daí a sua expressão Dietoterapia. Então a lei fundamental de alimentação terá que ser modificada para haver uma adequação do regime alimentar à condição manifestada pelo paciente em estudo. Por exemplo, o doente de diabetes tem que reduzir uma quantidade de edulcorantes. A sua dieta em lugar de conter 60% de valor calórico, essa dieta deverá ter 40%. Em lugar de 45% de valor calórico, representado por gorduras, essa dieta deverá ter uma redução, no caso da arteriosclerose a 40% ou 35%, até como recurso profilático contra a arteriosclerose.

É nessa situação que me encontro e nesse ponto é que poderei trazer informações a V. Ex.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Agradeço a V. Sa. mas como nossa investigação abrange horizontes muito amplos, eu me sinto na obrigação de, conversando com um cientista da categoria de V. Sa. formular todas as perguntas.

O SR. ADRIANO PONDE — Responderei com muito prazer.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Quando puder V. Sa. as responderá enriquecendo nosso conhecimento, e quando não puder, com a sinceridade que vier sua manifestação dirá que não pode porque escapa à sua especialidade.

Existe um censo de pessoas diabéticas, no Brasil, Professor?

O SR. ADRIANO PONDE — Se existe, não conheço e acho muito difícil porque a estatística no Brasil ainda deixa muito a desejar. Aliás, conheço vários estatísticos mas todos

eles reconhecem isso devido sobretudo ao baixo nível cultural remanescente em nosso País.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — V. Sa. conhece porventura as indústrias do setor da alimentação que estão usando adoçantes sintéticos e em que tipos de produtos?

O SR. ADRIANO PONDE — Inicialmente também não estou em condições de responder porque não está no campo das minhas atribuições habituais.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Estes produtos estão ao alcance das crianças, dos jovens em geral ou há alguma limitação legal para ingestão destes produtos?

O SR. ADRIANO PONDE — Que eu saiba não há nenhuma limitação legal.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, o açúcar tem alguma função no trabalho muscular?

O SR. ADRIANO PONDE — O açúcar é essencialmente um nutriente calórico, contribui produzindo calor. Esta é a sua função metabólica.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Tem função energética?

O SR. ADRIANO PONDE — Não sei...

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Peço desculpas a V. Sa. em estar formulando estas indagações...

O SR. ADRIANO PONDE — Talvez eu não fosse claro, há função energética porque é função calórica.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — ...é que devemos depois apresentar um trabalho ao Plenário da Câmara.

De modo que, além do nível científico em que seu depoimento está sendo mantido, com muita precisão e elegância, nós precisamos também fornecer elementos que possam nos surpreender todos os nossos colegas que se dedicaram menos ao assunto.

O SR. ADRIANO PONDE — Posso ter respondido mal a pergunta de V. Ex. informando que a função pode-se dizer única, do carboidrato e açúcares em geral — não só da sacarose como de todos os carboidratos — é a função calórica, isto é, a produção energética, enquanto as proteínas são elementos plásticos por excelência. As gorduras representam o elemento calórico e os sais minerais e a água os elementos plásticos.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Tanto vale dizer que tem uma função muscular ou que tem uma função energética. Pergunto a V. Sa. se no uso do açúcar é necessária a utilização das gorduras e das proteínas.

O SR. ADRIANO PONDE — Vou explicar melhor a V. Ex. São coisas muito diversas porque os princípios alimentares essenciais são representados pelas gorduras, pelos carboidratos e pelas proteínas. Eu explico que a função essencial dos carboidratos é a função energética. De modo que o açúcar não interfere na absorção e no metabolismo das proteínas ou das gorduras, como já tive oportunidade de explicar e que talvez não tivesse sido bem claro. Mas, seria abusar da paciência dos senhores se eu fosse me exprimir sobre os termos calóricos.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Inclusive não sou médico.

O SR. ADRIANO PONDE — Mas, como não é médico, eu vou me explicar, talvez, em termos mais simples, dizendo o seguinte: os carboidratos têm função de produzir calor, produzir energias no organismo. O organismo é uma máquina e, como tal, precisa de combustível para funcionar. Esse combustível é fornecido pelos alimentos. Acontece que essa máquina também se desgasta, como toda máquina. Então, precisa ter suas subs-

tuições. Essas substituições far-se-ão através dos elementos plásticos e o calor, a energia, são fornecidos pelos elementos energéticos.

Os carboidratos e as gorduras são elementos energéticos. Os elementos plásticos são, essencialmente, a proteína, porque à medida em que a proteína se desgasta ela precisa ser substituída. Assim, quando as unhas crescem, estamos perdendo proteínas e precisamos substituí-las. Quando os cabelos crescem ou são cortados, precisa ser substituída a proteína.

Ora, os carboidratos são constituídos de carbono, hidrogênio e oxigênio. O excesso de hidrato de carbono nunca poderá ser transformado em proteína. Tendo a proteína azo-o, carbono, hidrogênio e oxigênio, não é possível levar azoto de onde não existe.

Nestas condições, os hidratos de carbono não poderão funcionar com alimentos. Mas as proteínas podem transformar-se em hidrato de carbono e cerca de cinquenta e oito por cento das proteínas podem ser transformados em carboidratos. Quando a cota de hidrato de carbono fornecida ao organismo não for suficiente para cobrir suas necessidades proteicas o organismo lança mão das proteínas.

Darei mais uma explicação para esclarecer melhor meu pensamento. Um exemplo patológico. Quando há insuficiência renal crônica. Muitos clínicos laboram em erro pretendendo estabelecer uma dieta em que haja completa supressão das proteínas. Ora, o organismo tem necessidade dessas proteínas, se for inferior a 40 gramas de proteínas diárias, o organismo vai utilizar as próprias proteínas, e sobrevenha consequências. Como evitar isso em dietas reduzidas de proteínas e tomar providências para que o organismo não utilize suas proteínas? Temos então que aumentar a cota de hidratos de carbono, porque eles têm função protetora do consumo de proteínas. A isso se chama "ação protetora das proteínas".

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Compreendi perfeitamente. Depreendi na conversa de V. Sª com o meu eminente amigo Deputado Brito Velho que este equilíbrio deveria ficar a cargo do clínico mantê-lo. Mas qual o equilíbrio entre os diversos princípios alimentares? Ao que me parece, foi expresso usava por V. Sª essa de que o equilíbrio seria mantido pelo clínico. Por via de consequência, entendo V. Sª que o equilíbrio entre os edulcorantes artificiais não calóricos e o uso do açúcar há de ser sempre supervisionado pelo clínico?

O SR. ADRIANO PONDE — Mas o edulcorante não calórico não está no valor total do regime, por definição.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não entra por que?

O SR. ADRIANO PONDE — Porque não tem valor calórico nenhum. É só adoçantes. E o que se chama de aditivo. É uma substância que modifica as suas qualidades, para adoçar. Os diábolos não têm valor alimentar.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — O senhor nos disse aqui com muita tristeza para todos nós, que dos 35 aos 40 anos precisamos ter muita cautela no uso do açúcar e de gorduras etc. Sabido entretanto que a maioria da população brasileira é mais jovem do que esse limite melancólico de idade que V. Sª traçou, não lhe pareceria conveniente e útil que o uso dos edulcorantes artificiais não calóricos, para adolescentes, moços e crianças normais ficasse sujeito a uma prescrição médica?

O SR. ADRIANO PONDE — Se a dieta, raciocinando de acordo com os termos em que V. Sª me apresenta o problema...

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Pois não.

O SR. ADRIANO PONDE — ... se a dieta desses jovens normais, adolescentes, infantes ou crianças, for uma dieta um tanto balanceada e com valor calórico normal...

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Claro que não. Mas quando V. Sª falou em dieta, V. Sª está partindo da premissa de que há um dietista por trás disso. Quer dizer, a organização da alimentação dessas crianças e desses moços não pode ser feita por si mesma ou por eles.

O SR. ADRIANO PONDE — Eu vou insistir, e talvez dessevesse dar uma explicação nesse sentido; quando falamos em dieta, nós nos referimos a regime.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Pois é.

O SR. ADRIANO PONDE — É a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — É organizado por alguém que tenha condições de prescrever.

O SR. ADRIANO PONDE — Esse regime relativamente simples. Desde que essas normas sejam divulgadas, não precisará nenhuma dietista para isso. Essas normas são bastante conhecidas. Entretanto, pela classe médica, pelos clínicos, nos seguintes termos — não sei se estou respondendo, mas vou partir de um termo de comparação para poder argumentar: problema de estabelecer um padrão dietético recomendado que a Saúde Pública cumpriria, como cumpre divulgar, através de uma redução alimentar, está muito bem equacionado e perfeitamente traçado, de acordo com as normas adotadas na maioria dos países de determinado padrão cultural. Normas essas traçadas pela Comissão Nacional de Pesquisa da Norte-América.

São as cotas dietéticas que eu explicaria da seguinte forma: essa Comissão é organizada com elementos pertencentes à FAO e Organização Mundial da Saúde e sob a direção da Academia Nacional de Ciências da Norte-América.

Então a Comissão estabeleceu nos quadros, que aqui não tenho no momento, o valor calórico para o indivíduo do sexo masculino ou feminino, desde os primeiros anos de existência até os 70 anos de idade. Então o valor calórico varia de acordo com a idade e o peso. As correções poderão ser feitas, também, pelas tabelas adequadas em relação à idade e ao peso.

Admitindo, então, para o adulto um homem-referência e uma mulher-referência, o homem-referência americano deve pesar, se não me falha a memória, 70 quilos e deve ter, se não me engano, 1,70 de altura. Existem, entretanto, tabelas que permitem fazer adaptações dessa estatura e desse peso, sempre em função, também, da temperatura ambiente e do trabalho executado.

O valor calórico, portanto, será atribuído em relação à idade dos indivíduos, ao sexo e ao peso. Esta distribuição do valor calórico, igualmente deverá obedecer às condições ambientais e ao trabalho executado.

No homem-referência e na mulher-referência admite-se esse trabalho seja executado a 15 graus de temperatura ambiente, se não me engano, o indivíduo executando trabalho de atividades físicas muito moderadas, em ambiente abrigado, como este em que estamos.

Sendo assim, o homem-adulto, entre 18 e 40 anos, senão me engano (depois a escala vai subindo, até os 70 anos; não tenho assim de memória a tabela) deveria ter uma dieta, se ele estiver trabalhando a uma temperatura ambiente de 15 graus, num trabalho moderado, de 2.500 a 2.600

calorias diárias, de onde lhe vem essa disposição.

A cota de proteína que o indivíduo terá de consumir deverá estar relacionado ao valor calórico. Então, o indivíduo deverá ter uma cota proteica proporcional a um certo número de calorias. E assim nós partiremos dessas calorias, em porcentagem de valor calórico. Digamos, ele deverá ter na sua dieta, por exemplo, 10% do valor calórico. Então, ele deverá consumir (admitamos; eu não me lembro assim exatamente das cifras, mas a Comissão Americana estabeleceu exatamente a quantidade mínima que o organismo exigiria, em função do valor calórico: tantos gramas de proteínas em relação a tantas calorias — estabeleceu também a cota (vou deixar de lado o problema dos carboidratos e das gorduras) estabeleceu a cota que deve existir nas dietas, em relação às Vitaminas B-1, do Complexo B, Vitamina A, Vitamina D, e ainda outros elementos não tabulados que estão sendo estudados, no sentido de se determinar qual a quantidade mínima necessária para que fiquem numa dieta normal.

Em relação à cota de hidrato de carbono e de gorduras a Comissão ainda não chegou a uma conclusão definitiva. Então atribui que, quando ao hidrato de carbono essa cota poderia representar, no mínimo, até 50% do valor calórico total, porém uma cota cinco a dez de 500 calorias diárias já cobriria as necessidades energéticas. Por coincidência trouxe aqui uma nota que não foi preparada para esse encontro e sim como apontamento de aula: a Comissão opina que o difícil fixar com exatidão qual a quantidade de carboidrato que é necessário para o organismo humano, mas admite que um adulto em bom estado de saúde, deve pelo menos exigir, aproximadamente, 500 calorias, retiradas desse nitrogênio, o carboidrato. Todavia, o carboidrato economiza a proteína (já fiz referência a isto) concorrendo para a proteção dos tecidos evitando-se as perdas inúteis; e de outra parte, facilita o aproveitamento da gordura. Não é injustificável admitir que possa contribuir com 50% do valor calórico, do regime, em relação à gordura, recomendando, embora, não aceite definitivamente a participação (como responsabilidade de grande peso) na hipertensão da arteriosclerose por parte das gorduras ou melhor, embora não aceite como definitivo, que as gorduras apresentem um papel de grande peso na patologia da arteriosclerose como medida de prudência recomendando que o valor calórico total dessa dieta no regime alimentar não exceda a 35% ou 40% desse valor calórico.

Eu quero lembrar que as gorduras são o combustível de maior valor calórico, porque, enquanto que um grama de carboidrato e um grama de proteína, quando queimados no organismo humano, o organismo animal produzem quatro calorias aproximadamente, as gorduras produzem nove calorias e um cm3 de álcool produz sete calorias.

De maneira que a Comissão fixou a quantidade mínima de proteínas porque a proteína é essencial.

Não posso dizer, quanto à quantidade de proteínas, qual a quantidade recomendada partindo da referência do valor calórico, não quero citar em falso. Em relação à gordura eu me lembro — por coincidência, está em um dos meus apontamentos...

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Aquela cifra antiga que usava-se de uma grama e uma grama e meia por quilo...

O SR. ADRIANO PONDE — É exatamente isto. É uma grama sendo que alguns... Agradeço a explicação de V. Sª, porque vejo me reavivar a memória estou preocupado com meu avião...

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Que hora sei o seu avião?

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — V. Sª volta amanhã hoje?

O SR. ADRIANO PONDE — Sim, o avião levantará voo às 20 horas e eu deixei quatro pacientes muito graves em Salvador.

Quero esclarecer que a corrente de opinião britânica que chega a admitir como valor mínimo proteico até 0,75 gramas, por quilos de peso, porém a Comissão estabelece uma grama por quilo de peso ideal. E nesse caso conclui-se eram 70 quilos que devia ter o homem-padrão e o regime devia ter pelo menos 70 gramas de proteínas.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, quero fazer-lhe apenas mais uma pergunta, que provavelmente não poderá responder dado a sua especialidade, e eu a faço porque tenho feito e viro outros. O senhor conheceu ou conhece o Dulcin?

O SR. ADRIANO PONDE — A Dulcina? Tenho referência; sobre a Dulcina é um dos edulcorantes, se não me engano, condenados porque foi reificado tem ação tóxica. Entretanto, não me consta que a Dulcina seja empregada no Brasil.

No Brasil os edulcorantes de meu conhecimento amplamente empregados são os ciclamatos e sacarinas. A Dulcina tem valor calórico diversificante, parece que 5 mil vezes superior ao açúcar, talvez tenha aqui esse trabalho. (Pausa.) Esta aqui, mas eu me enganei 4 mil vezes é o P-4000, de Roberto na Holanda, e é tóxico. Foi descoberto em 1905.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — O senhor sabe quando foi descoberto a Dulcina?

O SR. ADRIANO PONDE — Em 1905, foi comercializada a partir de 1912 e tem cerca de 70 a 350 vezes mais valor edulcorante que o açúcar. Porém os ciclamatos já foram descobertos em 1937 e comercializados a partir de 1950.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — O senhor sabe quando a Dulcina foi proibida, quando se constatou a sua toxicidade?

O SR. ADRIANO PONDE — Não me lembro quando a Dulcina foi proibida. Dos trabalhos que conheço de Bromatologia, tenho notícia de que ela foi proibida, porque realmente se verificou que ela possuía ação tóxica.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — E este outro edulcorante de que o senhor falou, o P-4.000?

O SR. ADRIANO PONDE — O P-4.000 é muito novo, mas foi eliminado por que tem realmente ação tóxica.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Eu agradeço muito a V. Sª e lhe desejo uma boa viagem e que encontre os seus pacientes em melhores condições de saúde, apesar de sua ausência.

O SR. ADRIANO PONDE — Eu é que tiro rendido às gentilezas com que V. Sª me recebeu e não sei como posso lhe retribuir o prazer intelectual que me proporcionou esse diálogo de parte de V. Sª, que me enlevou durante todo este período.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Está franqueada a palavra aos Srs. membros da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Professor, primeiro vou fazer um raciocínio contrário e espero que V. Sª acolherá bem o nosso pensamento.

O uso continuado dos adoçantes sintéticos, alterando a função glucogênica não poderia levar à hiponutrição, como é o caso?

O SR. ADRIANO PONDE — Eu responderia a V. Sª. Exa. que não está provado que os edulcorantes não ca-

lóricos ou propriamente sintéticos exercam qualquer influência sobre o metabolismo dos hidratos de carbono.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Mas há restrição dos hidratos de carbono.

O SR. ADRIANO PONDE — Não se encontram depósitos nas experiências realizadas, nem se verificou que os ciclamatos ficassem depositados, nem mesmo os seus metabólitos ficam depositados no organismo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Usando o edulcorante sintético, não calórico, o indivíduo suprime a dieta de glicose, a carose e tantas outras e dessa supressão não tem alteração na função glicocênica e não baixaria a função do hipocriatório, dando hiponutrição do miocárdio?

O SR. ADRIANO PONDE — Tenho que colocar o problema nos seguintes termos: os carboidratos que são ingeridos na dieta, não são representados exclusivamente pelo açúcar. A carne, por exemplo, tem apenas vinte por cento de proteínas e dois a três por cento de carboidratos. O mais é de água. A carne é o alimento proteico por excelência amido, que é um carboidrato, galha as necessidades proteicas do organismo. O açúcar chega a modificar a proporção em que os carboidratos devem contribuir no regime alimentar. O técnico estabelece uma dieta balanceada. No exemplo que vou figurar, essa dieta hipocalórica poderá ter 200 calorias. Com essas 200 calorias organizar-se-á uma dieta em que 50% são representados por carboidratos sem que haja necessidade de açúcar. Porque, uma dieta rica deverá ter, pelo menos, de 12 a 14% de valor calórico representado por proteínas, 40% por gorduras e o restante poderá ser coberto por carboidratos. Nesse cálculo que fiz, a cota de carboidrato é inferior a 50%, e ainda assim a dieta está balanceada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — V. S.ª tem algum conhecimento de que os edulcorantes não calóricos à base de ciclamatos podem produzir alterações e neo-formação de, por exemplo, câncer?

O SR. ADRIANO PONDE — Nunca ouvi nenhuma referência nesse sentido em toda a literatura que tive e tenho ao meu alcance, e também na observação de clínico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Já ouvimos referência nesse sentido, mas ligamos ao fato de que o ciclamato é retirado da hulha. Então esta etiologia já muito explorada através do tempo, de que a hulha poderia provocar o câncer — petróleo, fumaça e derivados — talvez seja isso. Não deu razão a esse artigo. V. Ex.ª conhece alguma literatura a respeito?

O SR. ADRIANO PONDE — Não tenho informações de que os ciclamatos sejam derivados da hulha. Com minha longa experiência de clínico, tenho usado adoçantes não calóricos e não verifiquei qualquer coincidência. Não vi essa referência na literatura. Pode ser que haja, mas na literatura que chegou ao meu alcance e que não é pequena não vi referência do valor cancerígeno do ciclamato ou da sacarina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ADRIANO PONDE — Mas a noção que tenho é que os ciclamatos não são derivados da hulha. Não posso dar informação nesse sentido, porque sou um clínico, não um químico ou bromatologista e não vou a este ponto no meu depoimento de clínico e de dietoterapeuta. Clínica médica é a minha experiência. A informação que posso dar, sincera e honestamente, é esta, sem nenhuma tendência nem para um lado e nem para o outro. Etou procurando, tanto quanto possível, ser imparcial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Alguns dos senhores membros da Comissão desejam fazer outras perguntas? (Pausa.)

Nestas condições, vou dar por encerrado o depoimento do nobre Professor Adriano Ponde, agradecendo a S. S.ª o seu comprometimento, a solidiedade com que atendeu à nova convocação.

Sabemos que V. E. S.ª vem com sacrifício, sobretudo com sacrifício dos seus clientes da Bahia.

Assim, com os seus depoimentos, o em nome da Comissão, obrigado e encerrado o seu depoimento e o do Sr. Ponde.

O SR. ADRIANO PONDE — Agradeço à honrada Comissão, e em particular, ao Sr. Senador Milton Campos e ao Sr. Senador João Campos a gentileza com que me trataram, e os momentos inefáveis e o inigualável prazer intelectual que este ambiente debate me proporcionou. Quero agradecer que os meus depoimentos tenham sido recebidos e que os meus depoimentos tenham sido recebidos na minha memória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — A Comissão agradece a V. S.ª.

(A reunião é suspensa às 12:00 horas e reanuda às 13:00 horas.)

17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1968, ÀS 13:00 HORAS

As dez horas do dia quatro de junho do ano de mil e novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Adalberto Sena, Fernando Costa, Manoel Vilhena, Raul Góes e os Senhores Deputados Brito Velho, Pedroso Horta, Magalhães Filho, Monsenhor Vieira e João Maria Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canieira, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Eurico e Dylton Costa e os Senhores Deputados Manoel Teixeira e Wilson Martins.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente convida o Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz para prestar esclarecimentos sobre a matéria, e dá a palavra a S. S.ª.

Após alguns esclarecimentos por Sua Senhoria prestados à Comissão, o Dr. Ricardo Queiroz é democraticamente interrogado pelos Srs. Deputados Pedroso Horta, Maurício Goulart, Brito Velho e o Senador Adalberto Sena.

Finalmente, o Sr. Presidente agradece a presença de S. S.ª, determina que as informações a serem prestadas pelo Doutor Ricardo de Queiroz sejam incluídas no processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário "Ad hoc" da Comissão a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 17ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 1968, ÀS 18:00 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos.

Vice-Presidente: Senador José Eurício.

Relator: Deputado Pedroso Horta. Relator Substituto: Deputado Brito Velho.

Deposante: Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Estado de Pernambuco.

Integra do Apanhamento Taquigráfico Referido na Ata

Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, incumbida de verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, às 18 horas, do dia 4 de junho de 1968 (Depoimento do Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco).

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Devo prosseguir com os trabalhos e vou dar a palavra ao Sr. Ricardo Pessoa de Queiroz, Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ (Sem leitura do orador) — Sr. Presidente, Sr. Senhores desta Comissão do Inquérito, desejo antes de mais nada, agradecer a lembrança de terem incluído o nome do Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco para prestar os esclarecimentos que lhe forem pedidos perante esta Comissão.

Trouxe comigo algumas notas que julguei aconselháveis a fim de fazer uma exposição o mais breve possível, deixando, então, ao Ilustre, aberto o debate.

Cito ser esta minha um meio de facilitar o trabalho desta Comissão, evitando para os que já estão por antecipação interessados.

Em primeiro lugar gostaria de fazer um breve histórico sobre o uso dos adoçantes.

Os adoçantes artificiais não constituem novidade. Desde 1879 que já eram utilizados como substitutos da sacarose, especialmente a rotação da Guerra, no tempo em que se fazia mais presente a falta de açúcar e também nos tempos de mais paz, quando os açúcares que estavam subindo a dieta de restrito de consumo de açúcar.

No entanto, a partir de 1930, teve incremento o uso desse produto, devido a nova técnica de síntese que permitiu o barateamento na produção do mesmo. O mais conhecido deles é a sacarina que, com quatrocentas vezes o poder adoçante da sacarose tem não obstante, um sabor residual levemente amargo que a diferencia bastante da sacarose e, em consequência, não era bastante atrativo para as pessoas consumirem normalmente. Isto limitava um pouco seu uso mas, sobretudo, a recomendação médica do primeiro como um substituto do açúcar.

No entanto, a partir de 1930, foram descobertas novas drogas como os ciclamatos que, com um poder adoçante menor do que a sacarina, cerca de trinta vezes, quando adicionado a sacarina tinha o efeito de alargar o sabor amargo.

Com essas descobertas, propagou-se demasiadamente o consumo desses produtos. As motivações para o consumo são as mais diversas, desde as alegações de que a sacarose é prejudicial à saúde até aquelas motivações que se baseiam exclusivamente na vaidade ou no desejo de reduzir alguns quilos. Nos países importadores, a essas motivações soma-se ainda a necessidade de poupar divisas. Evidentemente, aqueles países que possam produzir adoçantes artificiais e que se vejam impossibilitados de produzir sacarose procuram, através desses substitutos, evitar a evasão de divisas. Daí vemos que a maior produção se verifica justamente nos países maiores importadores de açúcar. No Japão, por exemplo, atinge ao equivalente a 1.100.000 toneladas de acarose por ano, porque, como já disse, esses adoçantes artificiais têm uma valor adoçante superior ao da sacarose e, portanto, temos que convertê-los em equivalentes à sacarose. Nos

Estados Unidos, a produção é de 800.000 toneladas, mas nos outros países a contribuição desses adoçantes ainda é relativamente limitada. No Reino Unido atinge a 600.000 toneladas, na Ilha de Formosa, ou Taipei, 20.000 toneladas e nos outros países a produção é de 10.000 toneladas.

No Brasil, esse consumo de açúcar artificial, em 1937, atingiu a cifra de 37 mil toneladas de sacarose. Se analisarmos o consumo de adoçantes artificiais nos diversos países — vamos nos ater apenas nos países maiores consumidores e no Brasil como termo de referência — veremos que há uma tendência acentuada para o crescimento. No Japão por exemplo, no período de 6 anos — de 1959 a 1964, o aumento foi da ordem de 44%; nos Estados Unidos no período de 1953 a 1963, esse crescimento foi da ordem de 47%; e no Brasil, de 1951 a 1957 — 1961 marca a data da introdução desses produtos no Brasil em termos comerciais, anteriormente eles já existiam porém apenas em termos farmacêuticos — em oito anos o crescimento foi da ordem de 168,4. No Japão a produção nacional era de 73%; nos Estados Unidos foi de 15,9% em 1957, 21,5%.

Esse crescimento é justificável nos países que importam açúcar, mas no Brasil não creio que haja qualquer motivo que justifique a expansão da produção e do consumo desses produtos, porque, antes de mais nada, o Brasil é um país produtor de açúcar.

Não, já não temos onde colocar, dentro do país, todo açúcar que produzimos. Não se justifica, então, importarmos mais um adoçante que virá em decorrência de sua utilização desleada e mais uma parcela de açúcar que, evidentemente, de ser enviada para mercados externos nem sempre produtivos.

As repercussões dessa produção sobre a economia nacional são evidentes. Como vemos pela taxa de crescimento de 21,5 ao ano, em cada cinco anos, será dobrado o consumo dos adoçantes artificiais.

Por outro lado, sendo o Brasil um país ainda em vias de crescimento, a indústria açucareira representa uma das melhores maneiras de se impulsionar esse desenvolvimento.

Vejam, por exemplo, o que se passa em alguns países em desenvolvimento.

No Cileão, em 1958 não se produzia nem uma tonelada de açúcar. Em 1964, produziram-se 6 120 toneladas de açúcar. Não se pode exprimir isso em porcentual, porque no primeiro ano a estatística era zero. Mas, na China Comunista, era de 900 toneladas a produção de açúcar. Em 1964, era de 1.850 toneladas. Dobrou. No Irã, produziram-se, em 1953, 110 toneladas de açúcar. Em 1964, 121 toneladas. O Paquistão elevou de 171 para 257 toneladas, aumento da ordem de 50 a 70%. Na Tailândia, passou de 73 para 167 toneladas.

O curioso é observar o que se passa nos países já desenvolvidos. Nos Estados Unidos, país rico e com todas as facilidades para expandir essa produção, ela aumentou de 4.103 toneladas, em 1958, para 5 900 toneladas, não atingindo 30% de crescimento, o que significa que aquele país ou atingiu a saturação da sua capacidade de produção, o que não é possível, ou atingiu um desenvolvimento industrial, e lhe convém manter convênios, acordos com outros países. Isso é o que realmente acontece. Os Estados Unidos importam cerca de 4 milhões de toneladas de açúcar, atualmente procedente de vários países a quem distribui quotas de seu mercado preferencial, paga o preço de mercado interno, a despeito das reclamações de produtores continentais. Mas, isso se deve ao fato de o país ter atingido um grau de desenvolvimento industrial em que interessa mais manter estes

fornecimentos, com acordos comerciais com esses países, do que, mesmo, aumentar sua produção interna.

Nos Estados Unidos, verifica-se, aliás, um fato muito interessante, que confirma aquele nosso ponto de vista de que a indústria açucareira é ainda melhor arma, a melhor ferramenta para se impulsionar o desenvolvimento. No Estado da Flórida (no Sul dos Estados Unidos, existem três Estados que são considerados subdesenvolvidos: a Luisiana, o Tennessee e o Estado da Flórida) no Estado da Flórida, o Governo drenou certas áreas de pântano e ofereceu essas terras a companhias, a preço nominal, para que instalassem usinas de açúcar — apesar de ser reconhecidamente uma área pouco propícia à produção do açúcar, em face da baixa temperatura que prevalece naquela região, e tendo em vista que a cana é vegetal tropical, muito carente de temperatura alta. Mas o Governo americano via, como maneira de desenvolver aquela região, de superar a pobreza que prevalecia ali, a implantação da agro-indústria.

Ora, isso se passa num país que atingiu o maior índice de industrialização do mundo.

Portanto não vemos como justificar ao Brasil estimular, ou mesmo permitir uma expansão desordenada da indústria de adoçantes artificiais e, principalmente, quando essa indústria se desenvolve não na base da produção de matérias-primas nacionais, mas na base de importação de matéria-prima.

É evidente que cada tonelada produzida de adoçantes irá deslocar uma tonelada correspondente de sacarose que será introduzida no mercado exterior ou reduzida na produção existente, com o deslocamento consequente de mão-de-obra porque, evidentemente, na produção de uma tonelada de sacarose, desde o plantio da cana até a distribuição final, a mão-de-obra empregada é em muito maior quantidade do que a necessária para a produção de adoçantes artificiais. Isso ocorre, primeiramente, porque a matéria-prima já vem de fora; segundo, sendo a distribuição menos volumosa exige, consequentemente, tarefa de distribuição menor, também.

Nós poderíamos resumir as desvantagens decorrentes da expansão dessa produção de adoçantes artificiais da seguinte maneira: o desenvolvimento da agro-indústria aumenta a utilização dos recursos naturais do país através da utilização de áreas que se prestam à cultura da cana e, também, a fase industrial, utilizando a mão-de-obra. Já o desenvolvimento da indústria dos sintéticos dispensa a utilização dos recursos naturais, uma vez que a matéria-prima é importada e, segundo, na elaboração dos produtos finais, a mão-de-obra concorre aí.

A matéria-prima é importada não sei de onde, mas deve ser do Japão e alguma coisa dos Estados Unidos. No momento, o Japão e o maior produtor e exportador dos ciclamatos.

Quanto a V. Exs me dirigirem perguntas, sou eu que agradeço a oportunidade do esclarecimento e ficaria constrangido se não as fizessem.

O desenvolvimento da agro-indústria aumenta o número de emprego da mão-de-obra, como já dissemos. Outro fator, e dos mais importantes é que o desenvolvimento da agro-indústria gera, ou se não gera um acréscimo de divisas, pelo menos poupa divisas que seriam gastas na importação desses produtos sintéticos, dando ocasião ao seu emprego na aquisição de bens essenciais ao desenvolvimento do País. Do nosso ponto de vista, o que nos ocorreu esclarecer é que essa expansão deve ser controlada. Não digo que se vá ao ponto de exigir o consumo do açúcar nequeles casos de pessoas que não podem ou não devem consumir açúcar, mas também não se deve deixar que um simples despacho leve o País a consumir, desnecessariamente, um produto que não lhe traz nenhum benefício de ordem econômica.

Somos contra não propriamente o consumo de adoçantes mas a restrição exagerada do consumo do açúcar.

Do ponto de vista de saúde pública, evidentemente, não nos compete fazer maiores considerações e eu prefiro que sejam ouvidos os especialistas em nutrição, a quem cabe realmente dar uma palavra final sobre o assunto.

Era isso que eu tinha a esclarecer e estou pronto a qualquer pergunta, se me for possível respondê-la.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Eu desejava saber se V. Sª pode dar esse relatório inicial por escrito, a fim de ser juntado aos autos.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Eu trouxe algumas notas. Posso passar, depois, a limpo, e remeter à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Terminada a exposição do depoente, tem a palavra o Senhor Relator, Deputado Pedroso Horta.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, atendia V. Exª o Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz, quando pedi ao depoente nos mandasse, de seu Estado, cópia das notas que foram aqui lidas. Suponho que V. Exª concordará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Não há objeção.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz, sabe V. Sª a origem dos adoçantes sintéticos? De onde são extraídos?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Não sei.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Parece que V. Sª já declarou não há contribuição da indústria nacional na produção de matéria-prima para os adoçantes sintéticos. Pelo menos foi o que deparei.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Não existe contribuição da indústria nacional.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Conhece V. Sª as empresas que produzem as fórmulas dos adoçantes e os produtos dietéticos comercializados no Brasil? Se geralmente as empresas são de capital nacional ou estrangeiro?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Conheço duas: a Dietrich, cujos diretores, se não me engano, são brasileiros, mas não poderia afirmar que os capitais são totalmente nacionais; e a Squibb, uma firma americana, de renome internacional, que sabemos não ser um capital nacional.

Os produtos alimentícios, produzidos por essa firma Squibb, de adoçantes, especializados, surgem no mercado com satisfação.

Sabemos que as indústrias deste setor de alimentação estão usando adoçantes de sintéticos, em lugar de açúcar. Tenho conhecimento de que vem sendo usados esses adoçantes sintéticos em certos refrigerantes. Um desses produtos, fabricado em Pernambuco, é o refrigerante Viva-cola. Sei que há também outros produtos adoçantes usados no sul do país mas não sei o nome deles. Mas sei que são fabricados com produtos sintéticos.

Outras fábricas utilizavam certos produtos semelhantes a esses sintéticos, porém usando açúcar, em vez dos adoçantes sintéticos. Evidentemente, que nesses produtos passaram um novo nome, um novo rótulo, mas continuam a fabricar os mesmos artigos.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — O senhor sabe como e onde são comercializados esses produtos?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Esses produtos, em forma de alimentos ou de refrigerantes, são comercializados em todas as casas

comerciais de produtos alimentícios: supermercados, mercearias etc. Não tem restrição ou nenhum local específico.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Estão ao alcance das crianças e dos jovens, de um modo geral?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Estão, não existe nenhuma restrição.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor de Queiroz, quanto brasileiros trabalham, seja na agricultura, seja na indústria, na produção de cana e no fabrico de açúcar?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Eu não sei exatamente, em termos nacionais, mas pode-se fazer uma estimativa de cerca de trezentas a trezentas e cinquenta mil pessoas, diretamente na atividade agrícola e na industrial em todo o Brasil. Pernambuco são 200 mil, Alagoas mais ou menos a metade disso...

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Nós temos cerca de 400 mil. Tem ainda São Paulo.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — ...mas São Paulo tem uma incidência muito mais baixa que Pernambuco.

Não posso afirmar que seja isto, mas deve ser isto aproximadamente.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Pode V. Sª informar qual a população atual de Pernambuco?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — É de quatro milhões de habitantes a população atual de Pernambuco.

E o açúcar constitui 50% da receita do Estado.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Entre usinas e engenhos de açúcar qual o número total no Brasil?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Engenhos são 48 mil e usinas 274.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — V. Sª pode calcular — eu sei que é difícil — qual o capital deste imenso conjunto?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Com correção monetária devem ser seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros novos, aproximadamente.

O SR. JOÃO CLEOFAS — (Inaudível porque fora do microfone.)

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — O capital é variável. Há os que têm mais fornecedores. Varia muito de usina para usina.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Como o senhor ficou de nos mandar uma cópia do seu relatório inicial, se pudesse aduzir o mesmo, com mais precisão, essas informações, ficar-lhe-íamos muito gratificados.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Pois não, procurarei atender a V. Exª.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Mais como uma homenagem ao Senhor Pessoa de Queiroz, galcho a pé, como pernambucano que é, quero formular uma outra pergunta.

Em primeiro lugar, Sr. Pessoa de Queiroz, temos ouvido de vários cientistas, médicos que têm prestado depoimentos a esta Comissão, que interessante seria continuassem as pesquisas referentes aos adoçantes artificiais. De outra parte, fomos informados de que nos Estados Unidos as grandes organizações vinculadas à produção açucareira têm contribuído com quotas, maiores ou menores para que as Universidades e os Centros de Pesquisas realizem planos de investigação.

Eu pergunto a V. Sª: será possível que uma organização como a que V. Sª tão competentemente representa poderia contribuir para que pesquisas fossem realizadas neste país referentemente à ação dos adoçantes arti-

ficiais nas Universidades? Qual a impressão de V. Sª?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Nós poderíamos contribuir. Aliás devo dizer a V. Exª que, em Pernambuco, existe um órgão que está realizando algumas pesquisas neste sentido. É o Instituto de Nutrição, chefiado pelo cientista Dr. Nelson Chaves que, se não me engano, já depôs aqui.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Já depôs aqui.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Sei também que os resultados das pesquisas no mundo têm sido muito contraditórios. Vi algumas declarações de que o uso dos ciclamatos é totalmente novo. Mas tenho notícia de um trabalho do Dr. J. J. Kuland, da Universidade de Austrália, em que ele evidencia que os ciclamatos são também tóxicos. Muito menos do que o Dulcin e o P-4.000, sendo que o P-4.000 não chegou a ser comercializado. O Dulcin durante algum tempo foi comercializado no Japão, mas logo depois foi proscrito.

Segundo informações que tenho esse professor chegou à evidência de que também os ciclamatos são tóxicos, mas em quantidade mais reduzida. Creio que não se deve parar a pesquisa nesse setor.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Seria possível V. Sª enviar-nos esse artigo publicado por esse professor australiano, ou dar indicação de onde se encontra?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Não li esse artigo, vi a notícia no "Sugar Journal", de junho de 1967.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sª possui esse exemplar?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Posso.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Sª poderia enviar uma fotocópia?

Agradecendo a resposta que V. Sª deu à primeira pergunta, que é muito alvareira para nós, quero fazer uma segunda pergunta: a questão referente à indústria açucareira, pelo menos à pernambucana, quanto ao problema dos adoçantes sintéticos.

Eu gostaria que V. Sª de modo mais concreto e objetivo, nos sugerisse, para nossa reflexão posterior, quais as medidas que, a seu ver, deveriam ser tomadas pelo Poder Público, com referência a este controle desejado.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — V. Exª quer uma resposta objetiva e curta.

Eu acho que os adoçantes em forma líquida, para uso antilípido do indivíduo, devam ser vendidos em farmácias e os produtos dietéticos, feitos à base de adoçantes artificiais, poderiam ser vendidos nos supermercados e nas lojas, porém, não devia haver a propaganda que há sobre esses produtos, porque temos produtos que só devem ser consumidos por pessoas sujeitas a regime, pessoas que por esta ou aquela razão não podem consumir açúcar. Evidentemente, essas pessoas os adquirem através de consulta médica. Eles seriam aconselhados, pelo médico, a procurar produtos fabricados à base de adoçantes artificiais. Então, não é preciso propaganda estimulando o consumo desse produto, porque ele irá, a conselho médico, procurar nas casas comerciais produtos desta natureza.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E quanto à embalagem, o que pensa V. Exª?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Deveria constar que aquele produto é fabricado com a adição de adoçantes artificiais. Evidentemente, essa medida visa a assegurar ao cliente que ele está comprando um produto que não contém açúcar. O que acabo sobretudo pernicioso é a campanha publicitária feita, porque estimula o consumo desses produtos por pessoas que dele não necessitam,

Quando se trata, realmente, de pessoas com problemas de obesidade ou de qualquer outra natureza que não pode consumir o açúcar, estas são aconselhadas pelo médico a deixar de consumir o açúcar.

Então, seriam duas medidas, a primeira delas vender o produto ou adoçantes somente em farmácias para aqueles que dele necessitam. E segunda seria evitar a publicidade desses adoçantes como estímulo artificial que, muita gente, no uso normal de suas funções orgânicas é levada a procurar esses adoçantes apenas pela vaidade, porque não quer engordar.

Há poucos dias, por exemplo, fui convidado a um jantar onde havia uma fartura enorme de pratos e guloseimas; estando presente uma alta autoridade do País que depois de comer lagosta com côco, bobó de camarão, cangica, etc., com uma banana e mais um crêpe de maracujá, no fim, quando chegou o cafézinho, puxa o Diete! do bolso pinga três gotas, como se aquela colherzinha de açúcar que deixou de colocar no café fosse a responsável pela sua obesidade.

A pessoa se orienta mais pela propaganda, do que pela necessidade. Se esta pessoa estivesse preocupada, em não engordar, teria restringido toda a sua dieta, e não apenas aquela colherzinha de açúcar que vai no cafézinho.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradeço a sua colaboração valiosa, e declaro ao Sr. Presidente que estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Está franquada a palavra aos Membros da Comissão.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — O senhor falou aí que um refrigerante estaria sendo fabricado e vendido em Pernambuco.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Viva-cola.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — É um sucedâneo da Coca-Cola ou da Pepsi-Cola?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — É um produto similar.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — O senhor, pela observação que tem feito, notou que, pelo menos, há uma tendência, com referên-

cia às crianças, pelo produto, pelo sabor? Ele teria um sabor melhor do que os outros?

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Creio que há uma procura pelas crianças, mas inconscientemente, como fruto da propaganda: "Beba este produto porque não contém caloria". Eles sabem porque já no rádio, ouvem falar. Não acredito que garotos de dez anos sejam motivados por outras razões.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — Minha curiosidade era saber se havia uma tendência, um motivo para a preferência. Porque certos produtos, quando entram no mercado, são logo, não sei se pela propaganda, muito procurados pelas crianças e são muito vendidos.

Não sei se essa preferência das crianças por esses produtos despertará o interesse da Comissão.

Era o que desejava saber.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — A Viva-Cola não é diferente dos outros produtos. O que ocorre é que a propaganda no rádio e na televisão é intensa, principalmente sob a alegação de que não contém calorias. Não se justifica essa es-

pecial preferência das crianças porque, do ponto de vista do sabor, é a mesma coisa que os outros produtos.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — Se essa preferência fosse só dos adultos, ainda se entende.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Elas são levadas pela propaganda que se faz. A propaganda promovida nos rádios e nas televisões têm uma grande influência na venda de qualquer produto.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENNA — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — A palavra continua franquada. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a presente reunião, agradecendo ao Dr. Ricardo Pessoa de Queiroz sua presença e seus valiosos esclarecimentos a esta Comissão e para os nossos trabalhos. Muito obrigado.

O SR. RICARDO PESSOA DE QUEIROZ — Eu é que tenho de agradecer.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 55 minutos.)

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rauli Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guilomard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Rasso Dantas — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobao da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Vilaça
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 248.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar Passos

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Marta MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.